



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

MODALIDADE: Dispensa de Licitação em Caráter Emergencial Nº 07/2018

TIPO: Menor Preço do KM

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta com empreitada por preço unitário do quilometro rodado.

PROCESSOS N.º(s): **00080-00131291/2018-26**

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Educação

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 14 horas do dia 25/09/2018

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente no endereço: SGAN 607, Projeção D, sala 309, edifício SEDE II da SEDF, Asa Norte, Brasília/DF.

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Distrito Federal, por meio da **SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**, unidade orgânica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Dispensa de Licitação em Caráter Emergencial, do tipo menor preço, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

1 DO OBJETO

- 1.1.** Contratação emergencial de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar, **em caráter emergencial**, dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região: "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado, conforme especificação constante deste Projeto Básico e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais.

1.1.1 Região São Sebastião

Quilometragem Estimada – Região "C" – São Sebastião					
Matutino	QTDE Alunos		KM	QTDE Ônibus capacidade Mínima de 38 lugares	Total Geral para 180 dias
	Vespertino	Noturno			
2.633	2290	0	Diária		
4.923			4.245	58	764.100

1.2 Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

1.2 Integram este Edital todos os seus Anexos.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 139 de 10 de dezembro de 2011 e Lei distrital 4.611/2011, **DECLARANDO assim**, para fins



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

2.3. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.4. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta dispensa de licitação ou participar do contrato dela decorrente:

2.4.1. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

2.4.2. Empresário individual ou sociedade empresária, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.4.2.1. O responsável pela elaboração do projeto básico, executivo ou termo de referência, sendo pessoa física ou jurídica, conforme disposto no art. 9º Inciso I da lei 8.666/93.

2.4.3. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como o que esteja punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública do Distrito Federal;

2.4.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.4.5. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concordata, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;

2.4.6. Consórcio de empresas qualquer que seja sua forma de constituição, pois não há complexidade no objeto e pessoas físicas não empresárias.

2.4.7. Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal não poderão participar pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: (Artigo alterado pelo Decreto n.º 37.843 de 13/12/2016).

I – agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou (Inciso alterado pelo Decreto 37.843 de 13/12/2016);

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação. (Inciso alterado pelo Decreto 37.843 de 13/12/2016)

2.4.7.1. Entende-se por familiar o cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

2.4.7.2. As vedações deste item estendem-se às relações homoafetivas.

2.4.8. Direta ou indiretamente o servidor ou dirigente que integre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ou responsável pela licitação.

2.4.8.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica e da Comissão e de sua equipe de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

2.4.9. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

2.4.10. Pela simples participação no presente processo licitatório, a empresa estará aceitando todas as condições estabelecidas no edital.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

3. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1. As empresas que desejarem participar desta dispensa de licitação deverão enviar a proposta no endereço, dia e horários indicado no preâmbulo deste edital.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

4.1. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular e/ou público de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar da Dispensa de Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer procedimentos feitos pela comissão julgadora.

5.3. *Os licitantes deverão encaminhar proposta em envelope lacrado, com preço unitário por quilômetro rodado, nestes computados todos os custos inerentes a prestação dos serviços além do ISS e demais tributos, taxas e encargos sociais, inclusive o serviço do motorista e do monitor, os itinerários e trajetos a serem percorridos. O preço deverá ser em moeda nacional do Brasil, com até duas casas decimais após a vírgula, expresso em algarismo, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital, no horário e data marcados, quando, então, encerrar-se-á, a fase de recebimento de documentação e propostas.*

5.3.1. A aprovação da(s) proposta(s) fica(m) condicionada(s) à apresentação de Planilha(s) de Composição de Custos, a qual deverá ser preenchida(s) **em conformidade ao modelo apresentado no Encarte D do Termo de Referência**

5.3.2. A não apresentação da(s) proposta(s) na forma expressa no item 5.4 implicará na imediata desclassificação da empresa participante.

5.4. A(s) proposta(s) a serem apresentadas deverá(ão) obrigatoriamente conter (em):

5.4.1. As propostas deverão ser impressas, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, EM FORMULÁRIO PRÓPRIO, pelo proponente ou representante legal

5.4.2. o preço do quilometro rodado, observando-se o quantitativo de veículos a serem utilizados e os itinerários e trajetos a serem percorridos, com até, no máximo, duas casas decimais, após a vírgula, computados todos os gastos inerentes à prestação dos serviços (insumos e pessoal);

5.4.3. planilha – ENCARTE D – que expresse a composição de todos os seus custos, conforme disposto no Artigo 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação, observadas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

5.4.4. a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços orçados pela Administração, acrescidos dos respectivos encargos será rejeitada, exceto quando se referirem a materiais ou instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou totalidade da remuneração;

5.4.5. erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com os custos da contratação;

5.4.6. a proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços – Encarte D do Termo de Referência –, observando-se as seguintes disposições:

5.4.7. valor para todos os itens constantes nos Modelos de Planilhas de Preços, Encarte D do Termo de Referência, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com até duas casas decimais, expressa em algarismos e não se considerará o arredondamento;

5.4.8. preço do quilometro rodado em algarismo e por extenso;

5.4.9. a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

5.4.10. Os custos oriundos de obrigações trabalhistas deverão observar os parâmetros fixados em acordos ou convenções coletivas ou dissídio coletivo da categoria, desde que respeitado o percentual limite da Decisão 544/2010 - TCDF;

5.4.11. Previsão de todos os insumos, incluindo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual;

5.4.12. Na cotação do vale-transporte, deverá ser observada disposição legal;

5.4.13. Poderão ser acordados pequenos acertos para equalizar valores totais com os unitários e outros, desde que não majore o preço proposto, conforme legislação vigente. (§2º art. 29-A da IN nº 02/2008 – MPOG).

5.4.14. Conter declaração de que a empresa atenderá os serviços conforme previsto no Termo de Referência e seus Anexos, bem como disponibilizará profissionais devidamente habilitados.

5.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais e/ou erros de cálculo.

5.6. A não apresentação da(s) proposta(s) na forma imposta por este Edital importará na desclassificação da(s) mesma(s).

6. DO JULGAMENTO, DA ABERTURA, DA SESSÃO E DA ADJUDICAÇÃO.

6.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço unitário do quilômetro rodado, atendidas as condições estabelecidas nesta Dispensa de Licitação.

6.2. A Comissão Julgadora (a) poderá se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes dos serviços objeto deste Dispensa, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão pública.

6.3. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

6.4. Não serão aceitas propostas que apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.4.1. Para efeito do disposto no item 6.4, consideram-se preços globais ou unitários simbólicos ou irrisórios, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, informações estas subsidiadas pela planilha de formação de custos orçamentários que encontra-se disponível no ANEXO VII deste Edital

6.5. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado;

Será recusada a proposta final, cujo valor seja superior ao total geral estimado.

6.6. A partir do horário previsto no aviso de dispensa e informado no edital, terá início a sessão pública da Dispensa de Licitação, com a divulgação das documentações e propostas de preços recebidas.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, do valor da menor proposta registrada.

6.8. O empate entre dois ou mais Licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado em sessão pública.

6.8.1. Ocorrendo empate nas condições **estabelecidas no artigo 44 da Lei Complementar 123/2006 e seus incisos**, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (caput do art. 44 da Lei Complementar 123/2006).

6.8.2. **O SEDF, assegurará às microempresas e às empresas de pequeno porte o desempate nas situações em que as propostas apresentadas por elas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço (§ 2º do artigo 44 da Lei Complementar 123/2006).**

6.8.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (inciso I, artigo 45 da Lei Complementar 123/2006).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 6.8.4. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da condição do **subitem 6.8.2**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II, artigo 45 da Lei Complementar 123/2006).
- 6.8.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na condição do **subitem 6.8.2**, o sistema automaticamente realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 6.8.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.8.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do artigo 45 da Lei Complementar 123/2006).
- 6.9. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias e do edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 6.9.1. A Adjudicação a que se refere o item acima fica condicionada à apresentação da Planilha de Composição de custos (anexo VI), condicionada à aceitação da mesma por parte da administração.
- 6.9.2. A adjudicação será realizada por menor preço unitário do Km .
- 6.10. Se a proposta ou sua planilha de composição de custos não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a comissão examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 6.11. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada..

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Para habilitarem-se na presente licitação as empresas deverão estar devidamente CADASTRADAS e habilitadas PARCIALMENTE no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou mediante a apresentação da documentação relacionada no item 7.2 e/ou 7.3 deste Edital, quando for o caso, a ser encaminhada em envelope lacrado e identificado.

7.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

- 7.1.1. Comprovação da Habilitação Jurídica:
- a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, *ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante.*
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
 - b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - c) Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (Inteligência do art. 173, da LODF)
 - d) Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- e) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).
- g) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.3. Qualificação Técnica:

- a) As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região de Taguatinga bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- b) O(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em conformidade com as características do objeto deste Termo de Referência deverá comprovar com a utilização de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos veículos exigidos no item 5 do Termo de Referência, ou seja, no mínimo 29 (vinte e nove) – ÔNIBUS.
- c) É facultado as empresas interessadas fazer reconhecimento do percurso a ser executado antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual dos locais, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, das distâncias entre unidades a serem atendidas, bem como se cientificar de todos os detalhes necessários a perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento dos tribunais de contas (Acórdão 1.599/2010 – TCU e Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 – TCDF.

7.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b.2) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$

b.3) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

7.1.5. Outros Documentos:

Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93), a ser declarada também no sistema quando do lançamento da proposta.
- b) Havendo superveniência de fato impeditivo à participação do certame, fica a licitante obrigada a declará-lo, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.2. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.2.1. A licitante habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficará isenta de apresentar os documentos relacionados referentes à regularidade fiscal (item 11.1.2 com exceção da alínea “c”, “f”, “g” e “h”) e qualificação econômico-financeira (item 11.1.4 com exceção das alíneas “a” e no que se refere a alínea “b” somente se possuir índices de LG e LC e SG superior a 1 um).

7.2.1.1. A licitante com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, deverá apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF).

7.2.1.2. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices de LG e LC e SG, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

7.2.1.3. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, obtida por meio do site www.tst.jus.br/certidao.

7.2.2. A comprovação da habilitação parcial no SICAF dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, através de consulta on line ao sistema, opção “Situação do Fornecedor” e outras opções de consultas disponíveis, quando do julgamento da habilitação, ocasião que será impressa a respectiva Declaração de “Situação do Fornecedor”, sendo a mesma rubricada pela Comissão.

7.2.3. É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação em plena validade, juntamente com a documentação não contemplada no SICAF prevista neste edital.

7.2.4. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou das licitantes que não optarem pelo cadastramento do SICAF ou com cadastro desatualizado, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços ajustada ao valor do lance dado ou negociado e demais documentos e comprovações a serem entregues à CPL.

7.2.4.1. *Os originais ou cópias autenticadas, deverão ser entregues em envelope fechado e identificado o nº do Pedido de Proposta, até às 14 horas do dia 25/09/2018, em envelope*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

fechado e identificado o nº do Pedido de Proposta, ao protocolo Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, localizada no SGAN (L2 Norte) 607, Projeção D, Sede II, Sala 309, CEP 70.830-304 - Brasília-DF, Telefone: 0xx(61) 3901-2319.

- 7.2.5. A Comissão poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 7.2.6. Para a **microempresa ou empresa de pequeno porte**, que apresentar a comprovação de regularidade fiscal com alguma restrição, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
- 7.2.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará a CPL convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 7.2.8. Os documentos necessários para a habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.
- 7.2.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados ou apostilados, se o caso.
- 7.2.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.
- 7.2.11. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 7.2.12. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.
- 7.2.13. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 7.2.14. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública desta Dispensa, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.
- 7.2.15. A CPL, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 7.2.16. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pela CPL.
- 7.2.17. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.
- 7.2.18. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a CPL, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
- 7.2.19. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.



8. DAS PENALIDADES

81. - As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às **sanções** prevista no termo de referência, bem como as estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006, 27.069/2006, de 14/08/2006, 35.831/2014 de 22/09/2014 e Decreto 36.974/2015.

8.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto e contido no **Anexo VIII deste edital**.

9 DO CONTRATO

9.1. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes a este Edital.

9.2. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração

9.3. O contrato terá validade de 180 (cento oitenta) dias ou até que se conclua o procedimento licitatório regular em tramite sob nº 080.000401/2016, contados a partir da data de sua publicação, improrrogáveis,

9.4. O ajuste dar-se-á mediante Termo de Contrato a ser firmado entre esta Secretaria de Estado de Educação e os vencedores da Licitação;

9.5. Os Licitantes vencedores serão convocados para assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Secretaria, sob pena de, não comparecendo, serem desclassificados;

9.6. O Termo de Contrato obedecerá às obrigações constantes no presente Termo de Referência e das demais disposições legais e de observância cogente sobre o assunto, das quais, em caso de descumprimento, inexecução total ou parcial, derivam as respectivas penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrentes, que couberem à contratada;

9.7. Verificada qualquer infração do contrato, a contratante poderá, segundo sua discricionariedade e observado o devido processo legal, rescindir o contrato. A rescisão será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. *Redação conforme parecer nº 451/2013- PROCAD-PGDF.*

9.8. Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da licitante vencedora a prestação de garantia contratual prestada no ato da assinatura do respectivo instrumento e corresponderá a 2% (dois por cento) do valor do contrato, mediante uma das seguintes modalidades à escolha do contratado: caução em dinheiro ou em títulos da dívida ativa, seguro garantia ou fiança bancária, tendo o seu valor atualizado nas condições contratualmente previstas.

9.8.1. Quando se tratar de caução em título da dívida pública este deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (Redação dada pela Lei n 11.079, de 2004).

9.8.2. O prazo para apresentação da garantia do contrato será de até no máximo 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do contrato.

9.9. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, depois da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido pelo órgão responsável, a AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO no Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer (em) as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006, e demais documentações elencadas no item 05 do Termo de Referência;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

9.10. O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do Distrito Federal.

9.12. O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no artigo 78 com os desdobramentos dos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.

9.13. Contratada não poderá subcontratar os serviços.

9.14. Farão parte integrante do contrato este Edital, seus anexos, a proposta apresentada pela licitante vencedora, bem como seus anexos e planilha de formação de custos

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10. 1 acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de seus executores centrais e regionais;
10. 2 definir o modelo do mapa a ser utilizado pela Contratada para informar a frequência dos alunos;
10. 3 promover vistoria nos veículos antes da utilização dos mesmos ou a qualquer tempo, a fim de verificar o atendimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico;
10. 4 informar a necessidade de alteração, inclusão ou substituição de itinerário ou trajeto por ocasião da inclusão e/ou exclusão de alunos, em razão de transferência de unidades de ensino ou endereços;
10. 5 informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, trajetos ou quantitativos de alunos;
10. 6 informar a necessidade de transporte de alunos para participação em atividades extraclasse de caráter extracurricular, tempestivamente;
10. 7 solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;
10. 8 conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;
10. 9 fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;
10. 10 providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego dos veículos da Contratada, de porte obrigatório;
10. 11 notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10. 12 comunicar à Contratada as faltas e atrasos dos motoristas e monitores registrados pelas Instituições Escolares atendidas pelo serviço de transporte;
10. 13 efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal..

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificado no presente Projeto Básico, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos no ENCARTE B e/ou a critério da SEEDF;
- 11.2. Apresentar relação contendo a identificação dos veículos, sendo 100% de sua propriedade, sendo vedada a subcontratação/sublocação, que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas dos certificados de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da Contratada), das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;
- 11.3. Apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 11.4. Os documentos relacionados aos itens **11.1.2 e 11.1.3**, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato;
- 11.5. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;
- 11.6. Disponibilizar ao Executor do Contrato, mapa mensal contendo a frequência dos alunos por trajeto e/ou instituições educacionais, assinado pela Direção da Instituição Educacional e atestado pela Coordenação Regional de Ensino da respectiva Região a que se refere, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;
- 11.7. Manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, citadas neste Projeto Básico;
- 11.8. Apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF;
- 11.9. Controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;
- 11.10. Garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Projeto Básico, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;
- 11.11. Transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;
- 11.12. Garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;
- 11.13. Apresentar, após a assinatura do contrato e previamente à execução dos serviços, AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida por órgão responsável do Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;
- 11.14. Equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;
- 11.15. Prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;
- 11.16. Providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido no ENCARTE B (ou outro a que vir a substituir); este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;
- 11.17. Chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou do Evento Pedagógico para os quais o serviço será prestado;
- 11.18. Arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;
- 11.19. Substituir, imediatamente, motoristas e monitores por outros igualmente qualificados em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço;
- 11.20. Substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Termo e nas normas legais;
- 11.21. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando, às suas custas, durante a execução dos serviços contratados (art. 69 e 70 da Lei nº 8.666/93);



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 11.22. Manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante, **bem como a documentação referente ao motorista, monitor e gerente de operações II;**
- 11.23. Transportar os pais dos alunos que residam nas áreas rurais em substituição aos alunos, para participar de reunião de pais convocada pela direção da escola, ou para outro evento promovido por esta, mediante a apresentação de declaração fornecida pela escola onde o aluno está matriculado, em atendimento a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;
- 11.24. Ter conhecimento de todos os endereços previsto nos trajetos e as peculiaridades dos locais onde serão realizados os serviços de transporte, não podendo alegar posterior desconhecimento de itinerários ou trajetos;
- 11.25. Atender as demandas autorizadas pela Contratante mediante prévia ordem de serviço para trajetos diferenciados, com vistas ao atendimento às atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico contido no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, reposição de aulas, dentre outras previstas na norma educacional;
- 11.26. Prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;
- 11.27. Zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;
- 11.28. Registrar a frequência diária dos alunos mediante listagem que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;
- 11.29. Zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;
- 11.30. Verificar a identificação dos alunos cadastrados por meio da Carteira de Transporte Escolar (Carteira Estudantil), declaração de escolaridade, autorização, a qual deverá constar o nome e número de matrícula na rede pública de ensino, devendo comunicar ao responsável pela instituição de ensino qualquer suspeita de irregularidade;
- 11.31. Zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;
- 11.32. Verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;
- 11.33. Não permitir aos motoristas, monitores e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;
- 11.34. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.35. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 11.36. Adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;
- 11.37. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 11.38. Não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Projeto Básico, bem como manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, sob pena de rescisão de contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas na Lei Federal 8.666/1993 (arts. 55, inciso XIII; 78, INCISO I; 80, inciso III e 87).
- 11.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representante da Contratante especialmente designado, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, com vistas à verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da execução do contrato e, ainda, as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, a ser publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

13. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.1 Os serviços deverão ser executados na Região Administrativas de São Sebastião, , nos itinerários e trajetos preestabelecidos, inicialmente, em conformidade com o ENCARTE B..

14. DO PAGAMENTO

14.1. os serviços serão pagos tendo como unidade de medida o valor do quilômetro rodado;

14.2 o faturamento mensal deverá representar o quantitativo de quilômetros efetivamente rodados, em consonância com os dias letivos (atividades curriculares e extracurriculares), conforme a seguinte fórmula: **Valor Unitário do Km rodado (multiplicado) pelo total de km rodado por dia (multiplicado) pelo número de dias letivos no mês em referência;**

14.3 o total de quilometragem a ser considerado como efetiva prestação de serviço mensal deverá ser representado por meio do somatório de quilômetros rodados por itinerários durante o mês, tendo como referencial o local de embarque do 1º aluno até a localidade da última Instituição de Ensino e vice-versa, desconsiderando quaisquer deslocamentos da garagem até o ponto inicial ou do ponto final até a garagem;

14.4 o pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de nota fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias da sua apresentação e devidamente atestada pelo Executor do Contrato;

14.5 caso o serviço seja recusado ou a nota fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do serviço ou documentação fiscal;

14.6 fica estabelecido que durante o período de férias, recesso escolar, feriados, pontos facultativos ou ainda a critério da Contratante, não haverá transporte de alunos e, conseqüentemente, a prestação do serviço ficará suspensa, não cabendo à SEEDF nenhum ônus pelo período, salvo serviço efetivamente prestado por ocasião de reposição de aulas ou em casos de necessidade de deslocamento para cumprimento de atividades extras e de cunho pedagógico;

14.7 para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

14.7.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

14.7.2 Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica (Lei nº 8.036/1990);

14.7.3 Certidão de Regularidade com a Fazenda do DF ou do Estado em que se encontra domiciliada comercialmente a Contratada;

14.7.4 Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos federais e a Dívida Ativa da União – Receita Federal;

14.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **17.7.** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

14.8. Os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, nos termos do Decreto n.º 32.767/2011.

15. DA REPACTUAÇÃO

15.1 A repactuação de preços, como espécie de reequilíbrio financeiro contratual, deverá ser utilizada



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.
- 15.1.2 A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 19.1 e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.
- 15.1.3 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 15.1.4 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- 15.1.5 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 15.2 O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:
- 15.2.2 - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- 15.2.3 - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.
- 15.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 15.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
- 15.4.2 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.
- 15.4.3 A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:
- 15.4.3.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 15.4.3.2 - as particularidades do contrato em vigência;
- 15.4.3.3 - a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- 15.4.3.4 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- 15.4.3.5 - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.
- 15.4.4 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 15.4.5 As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.
- 15.4.6 O prazo referido no 19.4.3. ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 15.4.7 O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 15.4.8 As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 15.5 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:
- 15.5.2 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;
- 15.5.3 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 15.5.4 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 15.6 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.7 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8 A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria:

I - Unidade Orçamentária: 160101

II - Programa de Trabalho: 12365622149769535 – 12361622149760002 – 12362622149769534 – 12367622149769537 - 12366622149769534

III - Natureza da Despesa: 33.90.39

IV - Fonte de Recursos: 100/103/303/146

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

17.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá a comissão, fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

17.3. As propostas ou planilhas de composição de custos que apresentarem erros de cálculos serão corrigidas pela comissão na forma seguinte:

17.3.1 No caso de discordância entre o preço unitário e o total resultante de cada item, prevalecerá o primeiro e, ocorrendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o último, fazendo-se as correções correspondentes.

17.4. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada (s) a executar os serviços descritos na Nota de Empenho, no local indicado na mesma, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;

17.5. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

17.6. Ao Chefe da Subsecretaria de Administração Geral fica reservado o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (artigo 49 da Lei n.º 8.666/93).

17.7. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não firmar o Termo de Contrato no prazo e condições ora estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

conformidade com ato convocatório.

17.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º). Em qualquer hipótese de aplicação de Sanções serão asseguradas a(s) empresa(s) o contraditório e a ampla defesa.

17.9. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto distrital nº 34.031/2012).

17.10. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.11. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela comissão, no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do fone (61) 3901-2319, 3901-2364.

21. DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

21.1.1 Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

21.1.2 Anexo II – Minuta de Contrato;

21.1.3 Anexo III – Modelo de Declaração *Empregador Pessoa Jurídica*;

21.1.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

21.1.5 Anexo V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

21.1.6 Anexo VI – Das Penalidades;

21.1.7 Anexo VII – Planilha de Formação de Custos;

21.1.8 Anexo VIII- Modelo de Proposta Econômica.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I (do edital)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. O OBJETO

Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço, em caráter emergencial, de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região: "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e gerente de operações II, conforme especificação constante neste Projeto Básico e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais em consonância com a Portaria nº 225, de 22 de maio de 2017.

2. DO OBJETIVO

“Disponibilizar transporte para os alunos residentes na Região “C” São Sebastião, no Distrito Federal e que não dispõem de oferta de linhas de ônibus regulares e distam no mínimo 2 (dois) quilômetros da escola. Além disso, o aluno deve estar regularmente matriculado em instituição da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na região acima descrita, a fim de ser beneficiado nos itinerários residência-escola e vice-versa, e em atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Político Pedagógicos das Instituições Educacionais; reposições de aulas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, entre outras atividades previstas na norma educacional, atentando-se para as exigências aqui contidas.

3. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

A pretensa contratação de empresa especializada em transporte de alunos se faz necessária como forma assecuratória e imprescindível para as atividades pedagógicas das Instituições Escolares.

Destacamos que a região apresentada está sendo atendida pelo transporte escolar através do Contrato Emergencial nº 23/2018 cuja vigência é de 04/04/2018 até 01/10/2018.

Cumprir destacar que esta Diretoria autuou o Termo de Referência, sob nº 080.000401/2016, para nova licitação, contudo o processo estava suspenso pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal para análise de recursos, quando através da Decisão nº 3816/2018, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a anulação do procedimento licitatório e que fosse realizado outro certame para o objeto demandado.

Dessa forma para garantir o acesso a educação a aproximadamente 4.923 (quatro mil novecentos e vinte e três) alunos residentes e matriculados em Unidade Escolares na região de São Sebastião, se faz necessário a contratação Emergencial, considerando que o processo regular nº 00080-00127374/2018-11 não poderá ser concluído em tempo hábil antes da vigência do Contrato Emergencial nº 23/2018, o qual expira em 01/10/2018.

Assim, a SEEDF não observa alternativa, a não ser um novo procedimento emergencial, atendendo aos dispositivos constitucionais previstos nos Artigos 205, 206, 208 e 227 que afirmam que a educação é direito de todos e sua promoção é dever do Estado, assertiva confirmada, como também, no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, a SEEDF tem o dever constitucional como ente estatal de ofertar à sociedade o direito à educação, e o faz por meio de diversos projetos, inclusive, com o Programa de Oferta Suplementar de Transporte Escolar, garantindo, dessa forma, o acesso do aluno à escola.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Tal Programa tem como objetivo principal assegurar o transporte dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal nos itinerários residência/escola e vice-versa cuja demanda tem apresentado um crescimento significativo em decorrência do crescimento populacional, em especial na região de São Sebastião, bem como da necessidade de atender às demais atividades curriculares e extracurriculares de cunho pedagógico, motivo este que justifica a contratação pela metodologia de quilômetro rodado.

Ainda, tendo em vista que a falta do serviço nesta região compromete o ensino dos estudantes que dependem do transporte para se locomover até a unidade escolar, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, o Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal AUTORIZOU a contratação emergencial dos serviços de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino da Região de São Sebastião, através do despacho SEI nº 11487550.

Impende ressaltar que, a estipulação do tempo de fabricação dos veículos justifica-se pelo fato de ser uma contratação emergencial com curto período de vigência, e a limitação do tempo de fabricação poderia restringir o número de concorrentes, o que prejudicaria a escolha da melhor proposta, ferindo assim o princípio da competitividade.

Ressalta-se que o contrato terá vigência de 180 dias e/ou deverá ser rescindido nos termos da Lei, tão logo seja concluído o regular procedimento licitatório.

4.DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os seguintes regramentos:

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1998, e suas alterações;
- Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações;
- Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012(Código Brasileiro de Trânsito);
- Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recepcionada pelo Distrito Federal pela Lei 2.834, de 7 de dezembro de 2001;
- Decreto Distrital nº 23.234/2002, de 20 de setembro de 2002;
- Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010;
- Decreto Distrital nº 32.518, de 11 de julho de 2013;
- Decisão nº 544/2010 – TCDF;
- Parecer Normativo nº 726/2008 – PROCAD/PGDF;
- Parecer nº 451/2013 – PROCAD/PGDF;
- Resolução nº 504/2014 – CONTRAN;
- Acessibilidade em veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros – ABNT NBR 15570.
- Decreto Distrital nº 37.332/2016
- Decreto nº 30.457, de 09 de junho de 2009.

5.DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. DOS VEÍCULOS:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

5.1.1. A Contratada deverá apresentar quantitativo mínimo de 58 (cinquenta e oito) veículos (ônibus), com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) lugares e capacidade máxima de 55 (cinquenta e cinco) lugares, na região de São Sebastião e atender a quilometragem estimada compatível com o número de alunos a ser transportado nos percursos preestabelecidos no ENCARTE B, equipados com as especificidades legais requeridas para a execução do serviço e capacidade mínima para 38 (trinta e oito) passageiros. Os veículos devem possuir desde o início da prestação dos serviços as seguintes características:

5.1.1.1. máximo de 10 (dez) anos de fabricação, a contar da data de assinatura do contrato, comprovado em documentação específica; A solicitação da idade dos veículos justifica-se pelo fato de ser uma contratação emergencial com curto período de vigência, e a limitação do tempo de fabricação poderia restringir o número de concorrentes, o que prejudicaria a escolha da melhor proposta, ferindo o princípio da competitividade.

5.1.1.2. registro no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF como veículo de passageiros;

5.1.1.3. vistoria de inspeção semestral, realizada pelo DETRAN-DF, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

5.1.1.4. pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 (quarenta) centímetros de largura, à meia altura, em toda extensão lateral e traseira da carroçaria; com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas deverão ser invertidas, adesivo com identificação da SEEDF;

5.1.1.5. lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira; e lanternas equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), sonorizador de marcha ré;

5.1.1.6. identificação lateral com nome da empresa e, no para-brisa dianteiro adesivo de identificação que presta serviço à SEEDF, como também identificação do itinerário/escola atendida;

5.1.1.7. lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

5.1.1.8. cintos de segurança em bom estado e em número igual à lotação;

5.1.1.9. outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, especificamente os artigos 1º e 4º da referida legislação;

5.1.1.10. comprovante do seguro do veículo que indenize danos materiais e pessoais, obedecendo ao limite mínimo de indenização no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

5.1.1.11. autorização à condução coletiva de escolares emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Distrito Federal (art. 136 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro). OBS.: A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares (alunos) em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (art. 137);

5.1.1.12. em casos excepcionais em que for comprovada a inviabilidade e/ou a impossibilidade total da utilização de ônibus, após avaliação e autorização formal do executor do contrato e de técnico da Diretoria de Transporte da SEEDF, poderá ser autorizada a utilização de micro-ônibus (observados os requisitos e as características previstas na legislação para tal veículo);

5.1.1.13. o quantitativo estimado de quilômetros poderá sofrer acréscimo ou supressão na ordem de 25% (vinte e cinco por cento) durante a vigência do contrato, conforme acréscimo ou redução da demanda, nos termos de legislação específica.

5.2. VEÍCULOS ADAPTADOS:

5.2.1. a Contratada deverá apresentar, no mínimo, 30% (trinta por cento) da frota, lote único, de veículos adaptados para atender alunos com deficiência, conforme as normas da Associação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (vide ENCARTE C), tendo em vista o acesso e permanência desses alunos na escola;

5.2.2. a Contratante, às suas expensas e responsabilidade, poderá, a qualquer tempo e conveniência, valer-se da utilização de equipamentos de controle de frequência e/ou até mesmo instalação de equipamentos de monitoramento por meio de câmeras de vídeo, GPS e outros, como mecanismos de controle e de fiscalização dos serviços;

5.2.3. a Contratante realizará vistorias trimestrais e considerará, na avaliação em comento, aspectos gerais e documentais dos veículos, condutores, monitores e gerentes de operações II, conforme as exigências constantes neste Projeto Básico.

5.3. DOS PROFISSIONAIS

5.3.1. MOTORISTAS

5.3.1.1. De acordo com o estabelecido pelo art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro, os veículos deverão ser conduzidos por pessoas devidamente habilitadas, devendo satisfazer aos seguintes requisitos:

5.3.1.1.1. ter idade superior a 21 (vinte e um anos);

5.3.1.1.2. ser habilitado na categoria "D" ou "E";

5.3.1.1.3. não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima;

5.3.1.1.4. não ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;

5.3.1.1.5. não ter antecedentes criminais;

5.3.1.1.6. ter sido aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

5.3.1.1.7. apresentar-se uniformizado, trajando calças compridas, camisa com manga e calçado fechado (o vestuário deverá conter o logotipo da empresa);

5.3.1.1.8. permanecer devidamente identificado com uso visível de crachá durante a execução dos serviços;

5.3.1.1.9. portar, durante a condução do veículo, o Registro de Conductor de Veículo de Transporte de Escolares, conferido pelo órgão de fiscalização de trânsito competente;

5.3.1.1.10. O disposto acima não exclui o cumprimento das exigências de competência municipal, previstas em regulamentos próprios para o transporte de escolares (art. 139 do Código de Trânsito Brasileiro), bem como de quaisquer exigências que venham a ser estabelecidas na legislação durante a vigência do contrato.

5.3.2. MONITOR

5.3.2.1. A Contratada deverá disponibilizar 1 (um) monitor por veículo, que de acordo com os artigos 29 do Decreto 23.332 e 26 do Decreto 37.332, deverão atender aos seguintes requisitos:

5.3.2.1.1. ter idade **igual ou** superior a 18 (dezoito) anos;

5.3.2.1.2. ter Ensino Médio (**completo ou estar cursando**) em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

5.3.2.1.3. apresentar certificado de primeiros socorros, **com** carga horária mínima de 12 (doze) horas;

5.3.2.1.4. apresentar-se uniformizado, trajando calças compridas, camisa com manga e calçado fechado (o vestuário deverá conter o logotipo da empresa);

5.3.2.1.5. permanecer devidamente identificado durante a execução dos serviços, e com uso visível de crachá;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

5.3.2.1.6. apresentar certificado de curso de monitor de transporte escolar onde constam, minimamente, o CNPJ da empresa, data da emissão do certificado, assinatura do responsável pedagógico, carga horária e disciplinas cursadas.

5.3.3. GERENTE DE OPERAÇÕES II

5.3.3.1. Conforme previsto no Acordo Coletivo do SINETRIN, com validade de 2017 a 2019, como também para ser o elo entre a SEEDF (UNIAE"s. Unidades Escolares) e a empresa, sendo responsável pela logística durante a prestação do serviço, as Contratadas deverão disponibilizar 1(um) Gerente de Operações II, com o seguinte perfil técnico:

5.3.3.2. possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

5.3.3.3. possuir ensino médio completo em qualquer curso reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC e apresentar certidão negativa criminal, relativa a crimes e corrupção de menores;

5.3.3.4. possuir experiência mínima de 06 (seis) meses na função requerida ou similar devidamente comprovada na Carteira de Trabalho – CTPS.

5.3.4. DOS ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGEM ESTIMADA

5.3.4.1. para efeito desta contratação, ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

a) trajeto: espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro;

b) itinerário: trajeto a ser percorrido;

5.3.4.2. a quantidade total estimada de quilometragem para as regiões apresentadas para a presente contratação, foi apurada levando-se em consideração os itinerários preestabelecidos no ENCARTE B, resultado da soma algébrica dos totais de quilômetros mensais calculados para percorrer os trajetos (total mensal de trajetos calculados para os itinerários pré-estabelecidos – 22 dias) multiplicados por 180 (cento e oitenta) dias (período previsto, dentro de vigência contratual, para efetiva prestação de serviços);

5.3.4.3. classificam-se como “preestabelecidos” os itinerários e a quilometragem para os trajetos baseados nos atendimentos atuais de acesso à escola e vice-versa, constantes do ENCARTE B;

5.3.4.4. os itinerários e trajetos poderão eventualmente ser alterados, acrescidos ou substituídos, de forma provisória ou definitiva, para atender as atividades curriculares e extracurriculares de cunho pedagógico previstas na norma educacional e necessárias ao acesso à educação da qual tratam as disposições legais pertinentes ao direito à educação, bem como por ocasião de mudanças de endereço ou ingresso de novos alunos que preencham os requisitos para o benefício;

6. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados na Região “C” de São Sebastião, nos itinerários e trajetos preestabelecidos inicialmente em conformidade com o ENCARTE B.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de seus executores centrais e regionais;

7.1.2. definir o modelo do mapa a ser utilizado pela Contratada para informar a frequência dos alunos;

7.1.3. promover vistoria nos veículos antes da utilização dos mesmos ou a qualquer tempo, a fim de verificar o atendimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.4. informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, trajetos ou quantitativos de alunos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

7.1.5. informar a necessidade de transporte de alunos para participação em atividades extraclasse de caráter extracurricular, tempestivamente;

7.1.6. solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;

7.1.7. conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;

7.1.8. fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;

7.1.9. providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego dos veículos da Contratada, de porte obrigatório;

7.1.10. notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.1.11. comunicar à Contratada as faltas e atrasos dos motoristas e monitores registrados pelas Instituições Escolares atendidas pelo serviço de transporte;

7.1.12. efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. executar os serviços conforme especificado no presente Projeto Básico, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos no ENCARTE B e/ou a critério da SEEDF;

8.1.2. apresentar relação contendo a identificação dos veículos, sendo 100% de sua propriedade, sendo vedada a subcontratação/sublocação, que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas dos certificados de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da Contratada), das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;

8.1.3. apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;

8.1.4. os documentos relacionados aos itens 8.1.2 e 8.1.3, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato;

8.1.5. apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;

8.1.6. disponibilizar ao Executor do Contrato, mapa mensal contendo a frequência dos alunos por trajeto e/ou instituições educacionais, assinado pela Direção da Instituição Educacional e atestado pela Coordenação Regional de Ensino da respectiva Região a que se refere, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;

8.1.7. manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, citadas neste Projeto Básico;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

8.1.8. apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF;

8.1.9. controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;

8.1.10. garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Projeto Básico, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;

8.1.11. transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;

8.1.12. garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;

8.1.13. apresentar, após a assinatura do contrato e previamente à execução dos serviços, AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida por órgão responsável do Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;

8.1.14. equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;

8.1.15. prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;

8.1.16. providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido no ENCARTE B (ou outro a que vir a substituir); este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;

8.1.17. chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou do Evento Pedagógico para os quais o serviço será prestado;

8.1.18. arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;

8.1.19. substituir, imediatamente, motoristas e monitores por outros igualmente qualificados em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço;

8.1.20. substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Termo e nas normas legais;

8.1.21. responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando, às suas custas, durante a execução dos serviços contratados (art. 69 e 70 da Lei nº 8.666/93);

8.1.22. manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante, **bem como a documentação referente ao motorista, monitor e gerente de operações II;**

8.1.23. transportar os pais dos alunos que residam nas áreas rurais em substituição aos alunos, para participar de reunião de pais convocada pela direção da escola, ou para outro evento promovido por esta, mediante a apresentação de declaração fornecida pela escola onde o aluno está matriculado, em atendimento a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;

8.1.25. ter conhecimento de todos os endereços previsto nos trajetos e as peculiaridades dos locais onde serão realizados os serviços de transporte, não podendo alegar posterior desconhecimento de itinerários ou trajetos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

8.1.26. atender as demandas autorizadas pela Contratante mediante prévia ordem de serviço para trajetos diferenciados, com vistas ao atendimento às atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico contido no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, reposição de aulas, dentre outras previstas na norma educacional;

8.1.27 prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;

8.1.28. zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;

8.1.29. registrar a frequência diária dos alunos mediante listagem que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;

8.1.30. zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;

8.1.31. verificar a identificação dos alunos cadastrados por meio da Carteira de Transporte Escolar (Carteira Estudantil), declaração de escolaridade, autorização, a qual deverá constar o nome e número de matrícula na rede pública de ensino, devendo comunicar ao responsável pela instituição de ensino qualquer suspeita de irregularidade;

8.1.32. zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;

8.1.33. verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;

8.1.34. não permitir aos motoristas, monitores e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;

8.1.35. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.1.36. fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;

8.1.37. adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;

8.1.38. fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

8.1.39. não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Projeto Básico, bem como manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, sob pena de rescisão de contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas na Lei Federal 8.666/1993 (arts. 55, inciso XIII; 78, INCISO I; 80, inciso III e 87).

8.1.40. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. INFORMAÇÕES PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Os custos do objeto do Presente Projeto Básico em questão serão obtidos junto à empresa do ramo e compatível com valores pagos pela Administração Pública por intermédio dos devidos tramites licitatório, observado o correto preenchimento da planilha anexada no **ENCARTE D** e, ainda, o quadro abaixo:

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

Quilometragem Estimada – Região "C" – São Sebastião						
QTDE Alunos			Diária	Mensal	QTDE Ônibus	Total Geral para 180 dias
Matutino	Vespertino	Noturno			capacidade Mínima de 45 Lugares Capacidade Máxima de 55 lugares	
2.633	2290					
4.923			4.245	93.390	58	764.100

LOTE	KM ESTIMADO diária	Valor KM Rodado	Valor Mensal R\$	KM ESTIMAD O 180(dias)	Valor Total R\$ 180 (dias)
Único	4.245	R\$ 13,52	R\$ 1.262,632,80	764.100	R\$ 10.330.632,00

OBS: O quantitativo de ônibus está superior à média de alunos, tendo em vista a especificidade dessa Região, pois se trata de áreas rurais extensas e não é possível o reaproveitamento de veículo em turno distinto, sendo necessário, na maioria dos itinerários, 01 veículo por turno.

O quantitativo mínimo necessário de veículos (ônibus) para a execução dos serviços de transporte dos alunos dessas regiões não guarda relação total com a capacidade da lotação dos veículos, pois, há outras variáveis como quantidade de itinerário e número médio de alunos por trajetos. Além disso, o cálculo leva em consideração o reaproveitamento de veículos em turnos contrários.

Destaca-se que é proibido o reaproveitamento de veículo no mesmo turno, salvo viagens previamente autorizadas pela Contratante.

O quantitativo mínimo necessário de veículos (ônibus) para a execução dos serviços de transporte dos alunos dessas regiões não guarda relação total com a capacidade da lotação dos veículos, pois, há outras variáveis como quantidade de itinerário e número médio de alunos por trajetos. Além disso, o cálculo leva em consideração o reaproveitamento de veículos em turnos contrários.

Destaca-se que é proibido o reaproveitamento de veículo no mesmo turno, salvo viagens previamente autorizadas pela Contratante.

O **ENCARTE B** deste Projeto Básico traz os itinerários preestabelecidos para os turnos matutino/vespertino/noturno. O turno matutino concentra o maior quantitativo de alunos e de itinerários. Consequentemente, o número de veículos que atende ao matutino é suficiente para atender às demandas do turno vespertino e noturno. Contudo, devem ser observados os horários de entrada e de saída das instituições escolares atendidas no turno matutino e noturno. Caso não haja incompatibilidade de horários, poderá ocorrer o reaproveitamento dos veículos para execução dos serviços nos turnos contrários.

10. DO PAGAMENTO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

10.1. Forma de pagamento dos serviços:

10.1.1. O faturamento mensal deverá representar o quantitativo de quilômetros efetivamente rodados, em consonância com dias letivos (atividades curriculares e extracurriculares), conforme a seguinte fórmula: **Valor Unitário do Km rodado (multiplicado) pela quilometragem efetivamente rodado por mês em referência, de acordo com o calendário escolar;**

10.1.2. O total de quilometragem a ser considerado como efetiva prestação de serviço mensal deverá ser representado por meio do somatório de quilômetros rodados por itinerários durante o mês, tendo como referencial o local de embarque do 1º aluno até a localidade da última instituição educacional e vice-versa, desconsiderando quaisquer deslocamentos da garagem até o ponto inicial ou do ponto final até a garagem;

10.1.3. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de nota fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, e devidamente atestada pelo Executor do Contrato;

10.1.4. Caso o serviço seja recusado ou a correspondente nota fiscal/fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do serviço ou documento fiscal, de acordo com o evento;

10.1.5. Fica estabelecido que durante o período de recesso escolar ou feriados e/ou pontos facultativos ou, ainda, a critério da Contratante, não haverá transporte de alunos e, conseqüentemente, a prestação do serviço ficará suspensa, não cabendo à Contratante nenhum ônus pelo período, salvo serviço efetivamente prestado por ocasião de reposição de aula ou em casos de necessidades de deslocamentos para cumprimento de atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico;

10.1.6. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

10.1.6.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2/5/2007), observando o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30/4/2007;

10.1.6.2. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizada (Lei nº 8.036/90);

10.1.6.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal ou do Estado em que se encontra domiciliada comercialmente a Contratada;

10.1.6.4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e da Dívida Ativa da União/Ministério da Fazenda/Receita Federal;

10.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1. As propostas deverão ser impressas, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, EM FORMULÁRIO PRÓPRIO, pelo proponente ou representante legal e ainda conter:

12.1.1. o preço do quilômetro rodado, observando-se o quantitativo de veículos a serem utilizados e os itinerários e trajetos a serem percorridos, com até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, computados todos os gastos inerentes à prestação dos serviços (insumos e pessoal);

12.1.2. planilha – ENCARTE D – que expresse a composição de todos os seus custos, conforme disposto no artigo 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação, observadas as condições estabelecidas neste Projeto Básico;

12.1.3. a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços orçados pela Contratante, acrescidos dos respectivos encargos será rejeitada, exceto quando se



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

referirem a materiais ou instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou totalidade da remuneração;

12.1.4. erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com os custos da contratação;

12.1.5. a proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços – **ENCARTE D** do Projeto Básico, observando-se as seguintes disposições:

12.1.5.1. valor para todos os itens constantes nos Modelos de Planilhas de Preços, **ENCARTE D** do Projeto do Básico, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com até duas casas decimais, expressa em algarismos e não se considerará o arredondamento;

12.1.5.2. preço do quilômetro rodado em algarismo e por extenso;

12.1.5.3. a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço;

12.1.5.4. os custos oriundos de obrigações trabalhistas deverão observar os parâmetros fixados em acordos ou convenções coletivas ou dissídio coletivo da categoria, desde que respeitado o percentual limite da Decisão 544/2010 - TCDF;

12.1.5.5. previsão de todos os insumos, incluindo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual;

12.1.5.6. na cotação do vale-transporte deverá ser observada disposição legal;

12.1.5.7. Poderão ser acordados pequenos acertos para equalizar valores totais com os unitários e outros, desde que não majore o preço proposto, conforme legislação vigente. (§2º art. 29-A da IN nº 02/2008 – MPOG).

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

13.1. As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região de São Sebastião bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

13.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em conformidade com as características do objeto deste Termo de Referência deverá comprovar com a utilização de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos veículos exigidos no item 5.1, ou seja, no mínimo 29 (vinte e nove) – ÔNIBUS.

13.3. É facultado as empresas interessadas fazer reconhecimento do percurso a ser executado antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual dos locais, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, das distâncias entre unidades a serem atendidas, bem como se cientificar de todos os detalhes necessários a perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento dos tribunais de contas (Acórdão 1.599/2010 – TCU e Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 – TCDF).

14. DA DEFINIÇÃO DA EMPREITADA

O regime de contratação dar-se-á por execução indireta com empreitada por preço unitário do quilômetro rodado.

15. DO PRAZO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência do contrato nº 23/2018, não podendo ser prorrogado, respeitando o permitido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO SUGERIDA

O Objeto desse Projeto Básico pode ser enquadrado no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, de acordo com o disposto no § 1º do artigo 2º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda com base no artigo 2º do artigo 12 do Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010.

17. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representante da Contratante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, com vistas à verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da execução do contrato e, ainda, as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, a ser publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

18. DAS PENALIDADES

A licitante e/ou Contratada que não cumprir integralmente com as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, fica sujeita às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/5/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/5/2006, p. 5/7, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, de 12/7/2006 e 27.069/2006, de 14/8/2006 que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), conforme **ENCARTE E**.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Unidade Orçamentária: 160101

II - Programa de Trabalho: 12365622149769535 - 12361622149760002 - 12362622149769534 - 12367622149769537 - 12366622149769534

III - Natureza da Despesa: 33.90.39

IV - Fonte de Recursos: 100/103/303/146

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os serviços deverão ser iniciados até 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, mediante emissão da ordem de serviço.

Reserva-se à Contratante, o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a pretensa licitação, visando à legalidade do procedimento ou o interesse da Administração, por parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito de indenização.

Reserva-se ao Pregoeiro o direito de promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento.

A Contratante não se responsabilizará por transporte que venha a ser realizado sem prévia autorização.

Situações excepcionais e os casos omissos quanto ao atendimento de transporte escolar serão resolvidos pelo(s) executor (es) do Contrato, a ser (em) designado(s) pela Contratante, subsidiado pela Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional, após pronunciamento da Coordenação de Transporte Escolar.

São parte integrante deste Projeto Básico, os seguintes anexos:

ENCARTE A - Disposições sobre a Execução do Contrato – DEC;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ENCARTE B - Planilha de Itinerários e Trajetos estimados e preestabelecidos por Região (Ponto inicial e final, quantitativo de alunos, escolas atendidas);

ENCARTE C – ABNT;

ENCARTE D - Planilha de Formação de Custos

ENCARTE E – Decreto nº 26.851.

21. DO FORO

Fica eleito o Foro do Distrito Federal, Seção Judiciária da Cidade de Brasília/DF, para dirimir eventuais conflitos acerca da execução do presente objeto de contratação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II (do edital)

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços nº ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 080.001269/2015

Cláusula Primeira – Das Partes

1.1 O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

2.1 O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fls. _____), da Proposta de fls. _____ e da Lei nº 8.666 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1 Contratação emergencial de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar, **em caráter emergencial**, dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região: "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado, conforme especificação constante deste Projeto Básico e seu ENCARTÉ B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais, quantidades e especificações constantes do anexo I do presente edital de _____ nº _____ (fls. ____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

4.1. O Contrato será executado de forma _____, sob o regime de _____, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total Estimado do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 O valor do KM rodado é de R\$ _____ (_____), para a Região _____, com previsão de xxxxxxxx (_____) Km//Mês.

5.3 O valor estimado mensal para a Região xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, é de R\$ _____ (_____).

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 18.101

II – Programa de Trabalho:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

III – Natureza da Despesa: 33.90.39

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Na ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar à Contratante prova de regularidade relativa à seguridade social, expedida pelo INSS, prova de regularidade concernente ao FGTS, expedida pela CEF, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011), prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Distrito Federal, bem como Certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

8.1. O contrato terá validade de 180 (cento oitenta) dias ou até que se conclua o procedimento licitatório regular em tramite sob nº 080.000401/2016, contados a partir da data de sua publicação. improrrogáveis,

8.2. Fica compreendido que a remuneração dos serviços se fará, exclusivamente, para os períodos letivos escolares, não incidindo no período de férias ou outros eventos que importem na paralisação dos serviços.

Cláusula Nona – Das garantias

9.1. A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de _____, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 executar os serviços conforme especificado no presente Projeto Básico, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos no ENCARTE B e/ou a critério da SEEDF; 11.2 apresentar relação contendo a identificação dos veículos, sendo 100 % de sua propriedade, sendo permitida apenas a subcontratação/sublocação de até 30% (trinta por cento) da frota, que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas dos certificados de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da Contratada), das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;

11.3 apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 11.4 os documentos relacionados aos itens **11.2 e 11.3**, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato;
- 11.5 apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;
- 11.6 disponibilizar ao Executor do Contrato, mapa mensal contendo a frequência dos alunos por trajeto e/ou instituições educacionais, assinado pela Direção da Instituição Educacional e atestado pela Coordenação Regional de Ensino da respectiva Região a que se refere, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;
- 11.7 manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, citadas neste Projeto Básico;
- 11.8 apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF e INMETRO;
- 11.9 controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;
- 11.10 garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Projeto Básico, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;
- 11.11 transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;
- 11.12 garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;
- 11.13 apresentar, após a assinatura do contrato e previamente à execução dos serviços, AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida por órgão responsável do Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e o Decreto 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;
- 11.14 equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;
- 11.15 prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;
- 11.16 providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido no ENCARTE B (ou outro a que vir a substituir); este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;
- 11.17 chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou do Evento Pedagógico para os quais o serviço será prestado;
- 11.18 arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 11.19 substituir, imediatamente, motoristas e monitores por outros igualmente qualificados em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço;
- 11.20 substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Projeto e nas normas legais;
- 11.21 responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando, às suas custas, durante a execução dos serviços contratados (art. 69 e 70 da Lei nº 8.666/93);
- 11.22 manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante;
- 11.23 transportar os pais dos alunos que residam nas áreas rurais em substituição aos alunos, para participar de reunião de pais convocada pela direção da escola, ou para outro evento promovido por esta, mediante a apresentação de declaração fornecida pela escola onde o aluno está matriculado, em atendimento a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;
- 11.24 ter conhecimento de todos os endereços previsto nos trajetos e as peculiaridades dos locais onde serão realizados os serviços de transporte, não podendo alegar posterior desconhecimento de itinerários ou trajetos;
- 11.25 atender as demandas autorizadas pela Contratante mediante prévia ordem de serviço para trajetos diferenciados, com vistas ao atendimento às atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico contido no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, reposição de aulas, dentre outras previstas na norma educacional;
- 11.26 prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;
- 11.27 zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;
- 11.28 registrar a frequência diária dos alunos mediante listagem que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;
- 11.29 zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;
- 11.30 verificar a identificação dos alunos cadastrados por meio da Carteira de Transporte Escolar (Carteira Estudantil), declaração de escolaridade, autorização, a qual deverá constar o nome e número de matrícula na rede pública de ensino, devendo comunicar ao responsável pela instituição de ensino qualquer suspeita de irregularidade;
- 11.31 zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;
- 11.32 verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;
- 11.33 não permitir aos motoristas, monitores e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

11.34 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.35 fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.36 adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;

11.37 fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.38 não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Projeto Básico;

11.39 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante

10. 1 acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de seus executores centrais e regionais;
10. 2 definir o modelo do mapa a ser utilizado pela Contratada para informar a frequência dos alunos;
10. 3 promover vistoria nos veículos antes da utilização dos mesmos ou a qualquer tempo, a fim de verificar o atendimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico;
10. 4 informar a necessidade de alteração, inclusão ou substituição de itinerário ou trajeto por ocasião da inclusão e/ou exclusão de alunos, em razão de transferência de unidades de ensino ou endereços;
10. 5 informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, trajetos ou quantitativos de alunos;
10. 6 informar a necessidade de transporte de alunos para participação em atividades extraclasse de caráter extracurricular, tempestivamente;
10. 7 solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;
10. 8 conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;
10. 9 fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;
10. 10 providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego dos veículos da Contratada, de porte obrigatório;
10. 11 notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10. 12 comunicar à Contratada as faltas e atrasos dos motoristas e monitores registrados pelas Instituições Escolares atendidas pelo serviço de transporte;
10. 13 efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal..

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual.

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente da repactuação de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13.3 . A repactuação será fundamentada no s disposições da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

13.3.1. No caso da primeira repactuação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do respectivo orçamento, sendo que, nesta última hipótese, considera-se como data do orçamento a do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da entrega da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

13.2. Nas repactuações seguintes dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da última repactuação

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

14.2. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Dispensa de Licitação, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

14.2.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido nos Anexos VI deste edital.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às conseqüências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as prevista em Lei ou regulamento (art.77, Lei 8.666/93)

Cláusula Décima Sexta – Da rescisão amigável

16.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente de comum acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o disposto no art. 79, II c/c § 1º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Sétima – Dos débitos para com a Fazenda Pública

17.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

18.1. O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

19.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Vigésima – Do Foro

20.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto Distrital nº 34.031/2012).

Brasília, ____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

1. Pela Contratada:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO III (do edital)

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, bem como na Lei Distrital 5.061/2013, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO IV do edital
MODELO

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e data)

(Representante legal)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO V (do edital)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Compromete-se, ainda, o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Gerência de Acompanhamento das Licitações, da Unidade de Administração Geral/SE/DF, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN, Quadra 607, Projeção "D", Sala 309 Asa Norte, Brasília-DF.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no "comprasnet", tais como aquelas relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- VII Regularidade Trabalhista



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VI (do edital)

DAS PENALIDADES

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Publicação DODF 103, de 31/05/06 – Págs. 5 a 7.

Decreto nº 26.993, de 12/07/2006 – DODF de 13/07/06. (1ª Alteração)

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente decreto.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Art. 2º As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBSEÇÃO I

DA ADVERTÊNCIA

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Secretaria de Estado de Educação do DF, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO III DO ART. 3º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

SUBSEÇÃO II

DA MULTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.:

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

SUBSEÇÃO III

DA SUSPENSÃO

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Secretaria de Estado de Educação do DF, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA "C" DO INCISO IV DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Secretaria de Estado de Educação do DF, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 5º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 5º PELO DECRETO Nº
26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Secretaria de Estado de Educação do DF, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Secretaria de Estado de Educação do DF.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº
26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Secretaria de Estado de Educação do DF, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

FICA REVOGADO O INCISO III DO ART. 7º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado ao interessado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário; só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

FICA ACRESCENTADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada;
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

FICA RENUMERADO O §3º PARA §4º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada;
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

FICA RENUMERADO O §4º PARA §5º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

FICA RENUMERADO O §5º PARA §6º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, incluir os percentuais relativos a multas, e as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

FICA ACRESCENTADO O ART. 13 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 13 PARA ART. 14 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VII (do edital)
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

ANEXO VIII (do edital)
MODELO PROPOSTA ECONOMICA

(Nome da Região Administrativa)

1. Razão Social da Empresa :
2. CNPJ N°:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço:
6. Telefone: Fax:
7. Prazo de Pagamento: Conforme Edital
8. Banco: Agência: Conta Corrente
9. Represente da Empresa:
10. Cargo: RG: CPF:

Apresentamos nossa proposta para realização dos serviços, acatando todas as estipulações consignadas no ato convocatório, conforme abaixo:

Valor unitário do Km: R\$ (valor por extenso)

Valor mensal do Lote R\$..... (valor por extenso)

Valor global: R\$(valor por extenso)

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, manutenção de veículos e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

de de 2015

**CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

MODALIDADE: Dispensa de Licitação em Caráter Emergencial N° 07/2018

TIPO: Menor Preço do KM

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta com empreitada por preço unitário do quilometro rodado.

PROCESSOS N.º(s): **00080-00131291/2018-26**

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Educação

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 14 horas do dia 25/09/2018

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente no endereço: SGAN 607, Projecção D, sala 309, edifício SEDE II da SEDF, Asa Norte, Brasília/DF.

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Distrito Federal, por meio da **SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**, unidade orgânica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Dispensa de Licitação em Caráter Emergencial, do tipo menor preço, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

1 DO OBJETO

1.1. Contratação emergencial de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar, **em caráter emergencial**, dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região: "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado, conforme especificação constante deste Projeto Básico e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais.

1.1.1 Região São Sebastião

Quilometragem Estimada – Região "C" – São Sebastião					
QTDE Alunos			KM	QTDE Ônibus capacidade Mínima de 38 lugares	Total Geral para 180 dias
Matutino	Vespertino	Noturno			
2.633	2290	0	Diária		
4.923			4.245	58	764.100

1.2 Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

1.2 Integram este Edital todos os seus Anexos.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 139 de 10 de dezembro de 2011 e Lei distrital 4.611/2011, **DECLARANDO assim**, para fins



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

2.3. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.4. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta dispensa de licitação ou participar do contrato dela decorrente:

2.4.1. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

2.4.2. Empresário individual ou sociedade empresária, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.4.2.1. O responsável pela elaboração do projeto básico, executivo ou termo de referência, sendo pessoa física ou jurídica, conforme disposto no art. 9º Inciso I da lei 8.666/93.

2.4.3. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como o que esteja punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública do Distrito Federal;

2.4.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.4.5. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concordata, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;

2.4.6. Consórcio de empresas qualquer que seja sua forma de constituição, pois não há complexidade no objeto e pessoas físicas não empresárias.

2.4.7. Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal não poderão participar pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: (Artigo alterado pelo Decreto n.º 37.843 de 13/12/2016).

I – agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou (Inciso alterado pelo Decreto 37.843 de 13/12/2016);

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação. (Inciso alterado pelo Decreto 37.843 de 13/12/2016)

2.4.7.1. Entende-se por familiar o cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

2.4.7.2. As vedações deste item estendem-se às relações homoafetivas.

2.4.8. Direta ou indiretamente o servidor ou dirigente que integre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ou responsável pela licitação.

2.4.8.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica e da Comissão e de sua equipe de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

2.4.9. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

2.4.10. Pela simples participação no presente processo licitatório, a empresa estará aceitando todas as condições estabelecidas no edital.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

3. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1. As empresas que desejarem participar desta dispensa de licitação deverão enviar a proposta no endereço, dia e horários indicado no preâmbulo deste edital.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

4.1. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular e/ou público de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar da Dispensa de Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer procedimentos feitos pela comissão julgadora.

5.3. *Os licitantes deverão encaminhar proposta em envelope lacrado, com preço unitário por quilômetro rodado, nestes computados todos os custos inerentes a prestação dos serviços além do ISS e demais tributos, taxas e encargos sociais, inclusive o serviço do motorista e do monitor, os itinerários e trajetos a serem percorridos. O preço deverá ser em moeda nacional do Brasil, com até duas casas decimais após a vírgula, expresso em algarismo, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital, no horário e data marcados, quando, então, encerrar-se-á, a fase de recebimento de documentação e propostas.*

5.3.1. A aprovação da(s) proposta(s) fica(m) condicionada(s) à apresentação de Planilha(s) de Composição de Custos, a qual deverá ser preenchida(s) **em conformidade ao modelo apresentado no Encarte D do Termo de Referência**

5.3.2. A não apresentação da(s) proposta(s) na forma expressa no item 5.4 implicará na imediata desclassificação da empresa participante.

5.4. A(s) proposta(s) a serem apresentadas deverá(ão) obrigatoriamente conter (em):

5.4.1. As propostas deverão ser impressas, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, EM FORMULÁRIO PRÓPRIO, pelo proponente ou representante legal

5.4.2. o preço do quilometro rodado, observando-se o quantitativo de veículos a serem utilizados e os itinerários e trajetos a serem percorridos, com até, no máximo, duas casas decimais, após a vírgula, computados todos os gastos inerentes à prestação dos serviços (insumos e pessoal);

5.4.3. planilha – ENCARTE D – que expresse a composição de todos os seus custos, conforme disposto no Artigo 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação, observadas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

5.4.4. a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços orçados pela Administração, acrescidos dos respectivos encargos será rejeitada, exceto quando se referirem a materiais ou instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou totalidade da remuneração;

5.4.5. erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com os custos da contratação;

5.4.6. a proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços – Encarte D do Termo de Referência –, observando-se as seguintes disposições:

5.4.7. valor para todos os itens constantes nos Modelos de Planilhas de Preços, Encarte D do Termo de Referência, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com até duas casas decimais, expressa em algarismos e não se considerará o arredondamento;

5.4.8. preço do quilometro rodado em algarismo e por extenso;

5.4.9. a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

5.4.10. Os custos oriundos de obrigações trabalhistas deverão observar os parâmetros fixados em acordos ou convenções coletivas ou dissídio coletivo da categoria, desde que respeitado o percentual limite da Decisão 544/2010 - TCDF;

5.4.11. Previsão de todos os insumos, incluindo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual;

5.4.12. Na cotação do vale-transporte, deverá ser observada disposição legal;

5.4.13. Poderão ser acordados pequenos acertos para equalizar valores totais com os unitários e outros, desde que não majore o preço proposto, conforme legislação vigente. (§2º art. 29-A da IN nº 02/2008 – MPOG).

5.4.14. Conter declaração de que a empresa atenderá os serviços conforme previsto no Termo de Referência e seus Anexos, bem como disponibilizará profissionais devidamente habilitados.

5.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais e/ou erros de cálculo.

5.6. A não apresentação da(s) proposta(s) na forma imposta por este Edital importará na desclassificação da(s) mesma(s).

6. DO JULGAMENTO, DA ABERTURA, DA SESSÃO E DA ADJUDICAÇÃO.

6.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço unitário do quilômetro rodado, atendidas as condições estabelecidas nesta Dispensa de Licitação.

6.2. A Comissão Julgadora (a) poderá se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes dos serviços objeto deste Dispensa, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão pública.

6.3. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

6.4. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.4.1. Para efeito do disposto no item 6.4, consideram-se preços globais ou unitários simbólicos ou irrisórios, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, informações estas subsidiadas pela planilha de formação de custos orçamentários que encontra-se disponível no ANEXO VII deste Edital

6.5. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado;

Será recusada a proposta final, cujo valor seja superior ao total geral estimado.

6.6. A partir do horário previsto no aviso de dispensa e informado no edital, terá início a sessão pública da Dispensa de Licitação, com a divulgação das documentações e propostas de preços recebidas.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, do valor da menor proposta registrada.

6.8. O empate entre dois ou mais Licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado em sessão pública.

6.8.1. Ocorrendo empate nas condições **estabelecidas no artigo 44 da Lei Complementar 123/2006 e seus incisos**, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (caput do art. 44 da Lei Complementar 123/2006).

6.8.2. **O SEDF, assegurará às microempresas e às empresas de pequeno porte o desempate nas situações em que as propostas apresentadas por elas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço (§ 2º do artigo 44 da Lei Complementar 123/2006).**

6.8.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (inciso I, artigo 45 da Lei Complementar 123/2006).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 6.8.4. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da condição do **subitem 6.8.2**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II, artigo 45 da Lei Complementar 123/2006).
- 6.8.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na condição do **subitem 6.8.2**, o sistema automaticamente realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 6.8.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.8.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do artigo 45 da Lei Complementar 123/2006).
- 6.9. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias e do edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 6.9.1. A Adjudicação a que se refere o item acima fica condicionada à apresentação da Planilha de Composição de custos (anexo VI), condicionada à aceitação da mesma por parte da administração.
- 6.9.2. A adjudicação será realizada por menor preço unitário do Km .
- 6.10. Se a proposta ou sua planilha de composição de custos não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a comissão examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 6.11. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada..

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Para habilitarem-se na presente licitação as empresas deverão estar devidamente CADASTRADAS e habilitadas PARCIALMENTE no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou mediante a apresentação da documentação relacionada no item 7.2 e/ou 7.3 deste Edital, quando for o caso, a ser encaminhada em envelope lacrado e identificado.

7.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

- 7.1.1. Comprovação da Habilitação Jurídica:
- a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, *ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante.*
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
 - b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - c) Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF)
 - d) Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- e) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).
- g) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.3. Qualificação Técnica:

- a) As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região de Taguatinga bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- b) O(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em conformidade com as características do objeto deste Termo de Referência deverá comprovar com a utilização de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos veículos exigidos no item 5 do Termo de Referência, ou seja, no mínimo 29 (vinte e nove) – ÔNIBUS.
- c) É facultado as empresas interessadas fazer reconhecimento do percurso a ser executado antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual dos locais, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, das distâncias entre unidades a serem atendidas, bem como se cientificar de todos os detalhes necessários a perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento dos tribunais de contas (Acórdão 1.599/2010 – TCU e Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 – TCDF).

7.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b.2) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG =

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

b.3) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

7.1.5. Outros Documentos:

Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93), a ser declarada também no sistema quando do lançamento da proposta.
- b) Havendo superveniência de fato impeditivo à participação do certame, fica a licitante obrigada a declará-lo, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.2. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.2.1. A licitante habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficará isenta de apresentar os documentos relacionados referentes à regularidade fiscal (item 11.1.2 com exceção da alínea “c”, “f”, “g” e “h”) e qualificação econômico-financeira (item 11.1.4 com exceção das alíneas “a” e no que se refere a alínea “b” somente se possuir índices de LG e LC e SG superior a 1 um).

7.2.1.1. A licitante com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, deverá apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF).

7.2.1.2. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices de LG e LC e SG, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

7.2.1.3. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, obtida por meio do site www.tst.jus.br/certidao.

7.2.2. A comprovação da habilitação parcial no SICAF dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, através de consulta on line ao sistema, opção “Situação do Fornecedor” e outras opções de consultas disponíveis, quando do julgamento da habilitação, ocasião que será impressa a respectiva Declaração de “Situação do Fornecedor”, sendo a mesma rubricada pela Comissão.

7.2.3. É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação em plena validade, juntamente com a documentação não contemplada no SICAF prevista neste edital.

7.2.4. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou das licitantes que não optarem pelo cadastramento do SICAF ou com cadastro desatualizado, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços ajustada ao valor do lance dado ou negociado e demais documentos e comprovações a serem entregues à CPL.

7.2.4.1. *Os originais ou cópias autenticadas, deverão ser entregues em envelope fechado e identificado o nº do Pedido de Proposta, até às 14 horas do dia 25/09/2018, em envelope*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

fechado e identificado o nº do Pedido de Proposta, ao protocolo Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, localizada no SGAN (L2 Norte) 607, Projeção D, Sede II, Sala 309, CEP 70.830-304 - Brasília-DF, Telefone: 0xx(61) 3901-2319.

- 7.2.5. A Comissão poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 7.2.6. Para a **microempresa ou empresa de pequeno porte**, que apresentar a comprovação de regularidade fiscal com alguma restrição, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
- 7.2.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará a CPL convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 7.2.8. Os documentos necessários para a habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.
- 7.2.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados ou apostilados, se o caso.
- 7.2.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.
- 7.2.11. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 7.2.12. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.
- 7.2.13. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 7.2.14. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública desta Dispensa, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.
- 7.2.15. A CPL, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 7.2.16. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pela CPL.
- 7.2.17. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.
- 7.2.18. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a CPL, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
- 7.2.19. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.



8. DAS PENALIDADES

81. - As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às **sanções** prevista no termo de referência, bem como as estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006, 27.069/2006, de 14/08/2006, 35.831/2014 de 22/09/2014 e Decreto 36.974/2015.

8.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto e contido no **Anexo VIII deste edital**.

9 DO CONTRATO

9.1. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes a este Edital.

9.2. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração

9.3. O contrato terá validade de 180 (cento oitenta) dias ou até que se conclua o procedimento licitatório regular em tramite sob nº 080.000401/2016, contados a partir da data de sua publicação, improrrogáveis.

9.4. O ajuste dar-se-á mediante Termo de Contrato a ser firmado entre esta Secretaria de Estado de Educação e os vencedores da Licitação;

9.5. Os Licitantes vencedores serão convocados para assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Secretaria, sob pena de, não comparecendo, serem desclassificados;

9.6. O Termo de Contrato obedecerá às obrigações constantes no presente Termo de Referência e das demais disposições legais e de observância cogente sobre o assunto, das quais, em caso de descumprimento, inexecução total ou parcial, derivam as respectivas penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrentes, que couberem à contratada;

9.7. Verificada qualquer infração do contrato, a contratante poderá, segundo sua discricionariedade e observado o devido processo legal, rescindir o contrato. A rescisão será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. *Redação conforme parecer nº 451/2013- PROCAD-PGDF.*

9.8. Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da licitante vencedora a prestação de garantia contratual prestada no ato da assinatura do respectivo instrumento e corresponderá a 2% (dois por cento) do valor do contrato, mediante uma das seguintes modalidades à escolha do contratado: caução em dinheiro ou em títulos da dívida ativa, seguro garantia ou fiança bancária, tendo o seu valor atualizado nas condições contratualmente previstas.

9.8.1. Quando se tratar de caução em título da dívida pública este deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (Redação dada pela Lei n 11.079, de 2004).

9.8.2. O prazo para apresentação da garantia do contrato será de até no máximo 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do contrato.

9.9. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, depois da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido pelo órgão responsável, a AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO no Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer (em) as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006, e demais documentações elencadas no item 05 do Termo de Referência;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 9.10.** O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 9.11.** Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 9.12.** O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no artigo 78 com os desdobramentos dos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.
- 9.13.** Contratada não poderá subcontratar os serviços.
- 9.14.** Farão parte integrante do contrato este Edital, seus anexos, a proposta apresentada pela licitante vencedora, bem como seus anexos e planilha de formação de custos

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10. 1 acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de seus executores centrais e regionais;
10. 2 definir o modelo do mapa a ser utilizado pela Contratada para informar a freqüência dos alunos;
10. 3 promover vistoria nos veículos antes da utilização dos mesmos ou a qualquer tempo, a fim de verificar o atendimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico;
10. 4 informar a necessidade de alteração, inclusão ou substituição de itinerário ou trajeto por ocasião da inclusão e/ou exclusão de alunos, em razão de transferência de unidades de ensino ou endereços;
10. 5 informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, trajetos ou quantitativos de alunos;
10. 6 informar a necessidade de transporte de alunos para participação em atividades extracurriculares de caráter extracurricular, tempestivamente;
10. 7 solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;
10. 8 conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;
10. 9 fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;
10. 10 providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego dos veículos da Contratada, de porte obrigatório;
10. 11 notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10. 12 comunicar à Contratada as faltas e atrasos dos motoristas e monitores registrados pelas Instituições Escolares atendidas pelo serviço de transporte;
10. 13 efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal..

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificado no presente Projeto Básico, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos no ENCARTÉ B e/ou a critério da SEEDF;
- 11.2. Apresentar relação contendo a identificação dos veículos, sendo 100% de sua propriedade, sendo vedada a subcontratação/sublocação, que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas dos certificados de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da Contratada), das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;
- 11.3. Apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 11.4. Os documentos relacionados aos itens **11.1.2 e 11.1.3**, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato;
- 11.5. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;
- 11.6. Disponibilizar ao Executor do Contrato, mapa mensal contendo a frequência dos alunos por trajeto e/ou instituições educacionais, assinado pela Direção da Instituição Educacional e atestado pela Coordenação Regional de Ensino da respectiva Região a que se refere, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;
- 11.7. Manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, citadas neste Projeto Básico;
- 11.8. Apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF;
- 11.9. Controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;
- 11.10. Garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Projeto Básico, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;
- 11.11. Transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;
- 11.12. Garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;
- 11.13. Apresentar, após a assinatura do contrato e previamente à execução dos serviços, AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida por órgão responsável do Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;
- 11.14. Equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;
- 11.15. Prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;
- 11.16. Providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido no ENCARTE B (ou outro a que vir a substituir); este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;
- 11.17. Chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou do Evento Pedagógico para os quais o serviço será prestado;
- 11.18. Arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;
- 11.19. Substituir, imediatamente, motoristas e monitores por outros igualmente qualificados em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço;
- 11.20. Substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Termo e nas normas legais;
- 11.21. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando, às suas custas, durante a execução dos serviços contratados (art. 69 e 70 da Lei nº 8.666/93);



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 11.22. Manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante, **bem como a documentação referente ao motorista, monitor e gerente de operações II;**
- 11.23. Transportar os pais dos alunos que residam nas áreas rurais em substituição aos alunos, para participar de reunião de pais convocada pela direção da escola, ou para outro evento promovido por esta, mediante a apresentação de declaração fornecida pela escola onde o aluno está matriculado, em atendimento a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;
- 11.24. Ter conhecimento de todos os endereços previsto nos trajetos e as peculiaridades dos locais onde serão realizados os serviços de transporte, não podendo alegar posterior desconhecimento de itinerários ou trajetos;
- 11.25. Atender as demandas autorizadas pela Contratante mediante prévia ordem de serviço para trajetos diferenciados, com vistas ao atendimento às atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico contido no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, reposição de aulas, dentre outras previstas na norma educacional;
- 11.26. Prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;
- 11.27. Zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;
- 11.28. Registrar a frequência diária dos alunos mediante listagem que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;
- 11.29. Zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;
- 11.30. Verificar a identificação dos alunos cadastrados por meio da Carteira de Transporte Escolar (Carteira Estudantil), declaração de escolaridade, autorização, a qual deverá constar o nome e número de matrícula na rede pública de ensino, devendo comunicar ao responsável pela instituição de ensino qualquer suspeita de irregularidade;
- 11.31. Zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;
- 11.32. Verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;
- 11.33. Não permitir aos motoristas, monitores e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;
- 11.34. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.35. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 11.36. Adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;
- 11.37. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 11.38. Não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Projeto Básico, bem como manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, sob pena de rescisão de contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas na Lei Federal 8.666/1993 (arts. 55, inciso XIII; 78, INCISO I; 80, inciso III e 87).
- 11.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representante da Contratante especialmente designado, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, com vistas à verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da execução do contrato e, ainda, as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, a ser publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

13. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.1 Os serviços deverão ser executados na Região Administrativas de São Sebastião, , nos itinerários e trajetos preestabelecidos, inicialmente, em conformidade com o ENCARTE B..

14. DO PAGAMENTO

14.1. os serviços serão pagos tendo como unidade de medida o valor do quilômetro rodado;

14.2 o faturamento mensal deverá representar o quantitativo de quilômetros efetivamente rodados, em consonância com os dias letivos (atividades curriculares e extracurriculares), conforme a seguinte fórmula: **Valor Unitário do Km rodado (multiplicado) pelo total de km rodado por dia (multiplicado) pelo número de dias letivos no mês em referência;**

14.3 o total de quilometragem a ser considerado como efetiva prestação de serviço mensal deverá ser representado por meio do somatório de quilômetros rodados por itinerários durante o mês, tendo como referencial o local de embarque do 1º aluno até a localidade da última Instituição de Ensino e vice-versa, desconsiderando quaisquer deslocamentos da garagem até o ponto inicial ou do ponto final até a garagem;

14.4 o pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de nota fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias da sua apresentação e devidamente atestada pelo Executor do Contrato;

14.5 caso o serviço seja recusado ou a nota fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do serviço ou documentação fiscal;

14.6 fica estabelecido que durante o período de férias, recesso escolar, feriados, pontos facultativos ou ainda a critério da Contratante, não haverá transporte de alunos e, conseqüentemente, a prestação do serviço ficará suspensa, não cabendo à SEEDF nenhum ônus pelo período, salvo serviço efetivamente prestado por ocasião de reposição de aulas ou em casos de necessidade de deslocamento para cumprimento de atividades extras e de cunho pedagógico;

14.7 para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

14.7.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

14.7.2 Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica (Lei nº 8.036/1990);

14.7.3 Certidão de Regularidade com a Fazenda do DF ou do Estado em que se encontra domiciliada comercialmente a Contratada;

14.7.4 Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos federais e a Dívida Ativa da União – Receita Federal;

14.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **17.7.** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

14.8. Os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, nos termos do Decreto n.º 32.767/2011.

15. DA REPACTUAÇÃO

15.1 A repactuação de preços, como espécie de reequilíbrio financeiro contratual, deverá ser utilizada



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.
- 15.1.2 A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 19.1 e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.
- 15.1.3 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 15.1.4 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- 15.1.5 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 15.2 O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:
- 15.2.2 - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- 15.2.3 - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.
- 15.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 15.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
- 15.4.2 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.
- 15.4.3 A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:
- 15.4.3.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 15.4.3.2 - as particularidades do contrato em vigência;
- 15.4.3.3 - a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- 15.4.3.4 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- 15.4.3.5 - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.
- 15.4.4 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 15.4.5 As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.
- 15.4.6 O prazo referido no 19.4.3. ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 15.4.7 O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 15.4.8 As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 15.5 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:
- 15.5.2 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;
- 15.5.3 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 15.5.4 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 15.6 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.7 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8 A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria:

I - Unidade Orçamentária: 160101

II - Programa de Trabalho: 12365622149769535 – 12361622149760002 – 12362622149769534 – 12367622149769537 - 12366622149769534

III - Natureza da Despesa: 33.90.39

IV - Fonte de Recursos: 100/103/303/146

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

17.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá a comissão, fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

17.3. As propostas ou planilhas de composição de custos que apresentarem erros de cálculos serão corrigidas pela comissão na forma seguinte:

17.3.1 No caso de discordância entre o preço unitário e o total resultante de cada item, prevalecerá o primeiro e, ocorrendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o último, fazendo-se as correções correspondentes.

17.4. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ão) obrigada (s) a executar os serviços descritos na Nota de Empenho, no local indicado na mesma, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;

17.5. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

17.6. Ao Chefe da Subsecretaria de Administração Geral fica reservado o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (artigo 49 da Lei n.º 8.666/93).

17.7. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não firmar o Termo de Contrato no prazo e condições ora estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

conformidade com ato convocatório.

17.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º). Em qualquer hipótese de aplicação de Sanções serão asseguradas a(s) empresa(s) o contraditório e a ampla defesa.

17.9. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto distrital nº 34.031/2012).

17.10. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.11. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela comissão, no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do fone (61) 3901-2319, 3901-2364.

21. DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

21.1.1 Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

21.1.2 Anexo II – Minuta de Contrato;

21.1.3 Anexo III – Modelo de Declaração *Empregador Pessoa Jurídica*,

21.1.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

21.1.5 Anexo V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

21.1.6 Anexo VI – Das Penalidades;

21.1.7 Anexo VII – Planilha de Formação de Custos;

21.1.8 Anexo VIII- Modelo de Proposta Econômica.

Brasília, de março de 2018.

Paulo Alexandre Rodrigues

Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I (do edital)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. O OBJETO

Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço, em caráter emergencial, de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região: "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e gerente de operações II, conforme especificação constante neste Projeto Básico e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais em consonância com a Portaria nº 225, de 22 de maio de 2017.

2. DO OBJETIVO

"Disponibilizar transporte para os alunos residentes na Região "C" São Sebastião, no Distrito Federal e que não dispõem de oferta de linhas de ônibus regulares e distam no mínimo 2 (dois) quilômetros da escola. Além disso, o aluno deve estar regularmente matriculado em instituição da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na região acima descrita, a fim de ser beneficiado nos itinerários residência-escola e vice-versa, e em atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Político Pedagógicos das Instituições Educacionais; reposições de aulas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, entre outras atividades previstas na norma educacional, atentando-se para as exigências aqui contidas.

3. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

A pretensa contratação de empresa especializada em transporte de alunos se faz necessária como forma assecuratória e imprescindível para as atividades pedagógicas das Instituições Escolares.

Destacamos que a região apresentada está sendo atendida pelo transporte escolar através do Contrato Emergencial nº 23/2018 cuja vigência é de 04/04/2018 até 01/10/2018.

Cumprir destacar que esta Diretoria autuou o Termo de Referência, sob nº 080.000401/2016, para nova licitação, contudo o processo estava suspenso pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal para análise de recursos, quando através da Decisão nº 3816/2018, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a anulação do procedimento licitatório e que fosse realizado outro certame para o objeto demandado.

Dessa forma para garantir o acesso a educação a aproximadamente 4.923 (quatro mil novecentos e vinte e três) alunos residentes e matriculados em Unidade Escolares na região de São Sebastião, se faz necessário a contratação Emergencial, considerando que o processo regular nº 00080-00127374/2018-11 não poderá ser concluído em tempo hábil antes da vigência do Contrato Emergencial nº 23/2018, o qual expira em 01/10/2018.

Assim, a SEEDF não observa alternativa, a não ser um novo procedimento emergencial, atendendo aos dispositivos constitucionais previstos nos Artigos 205, 206, 208 e 227 que afirmam que a educação é direito de todos e sua promoção é dever do Estado, assertiva confirmada, como também, no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, a SEEDF tem o dever constitucional como ente estatal de ofertar à sociedade o direito à educação, e o faz por meio de diversos projetos, inclusive, com o Programa de Oferta Suplementar de Transporte Escolar, garantindo, dessa forma, o acesso do aluno à escola.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Tal Programa tem como objetivo principal assegurar o transporte dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal nos itinerários residência/escola e vice-versa cuja demanda tem apresentado um crescimento significativo em decorrência do crescimento populacional, em especial na região de São Sebastião, bem como da necessidade de atender às demais atividades curriculares e extracurriculares de cunho pedagógico, motivo este que justifica a contratação pela metodologia de quilômetro rodado.

Ainda, tendo em vista que a falta do serviço nesta região compromete o ensino dos estudantes que dependem do transporte para se locomover até a unidade escolar, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, o Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal AUTORIZOU a contratação emergencial dos serviços de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino da Região de São Sebastião, através do despacho SEI nº 11487550.

Impende ressaltar que, a estipulação do tempo de fabricação dos veículos justifica-se pelo fato de ser uma contratação emergencial com curto período de vigência, e a limitação do tempo de fabricação poderia restringir o número de concorrentes, o que prejudicaria a escolha da melhor proposta, ferindo assim o princípio da competitividade.

Ressalta-se que o contrato terá vigência de 180 dias e/ou deverá ser rescindido nos termos da Lei, tão logo seja concluído o regular procedimento licitatório.

4.DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os seguintes regramentos:

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1998, e suas alterações;
- Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações;
- Lei n.º 8.666, de 21 de julho de 1993;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações Lei n.º 12.760, de 20 de dezembro de 2012(Código Brasileiro de Trânsito);
- Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recepcionada pelo Distrito Federal pela Lei 2.834, de 7 de dezembro de 2001;
- Decreto Distrital nº 23.234/2002, de 20 de setembro de 2002;
- Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010;
- Decreto Distrital nº 32.518, de 11 de julho de 2013;
- Decisão nº 544/2010 – TCDF;
- Parecer Normativo nº 726/2008 – PROCAD/PGDF;
- Parecer nº 451/2013 – PROCAD/PGDF;
- Resolução nº 504/2014 – CONTRAN;
- Acessibilidade em veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros – ABNT NBR 15570.
- Decreto Distrital nº 37.332/2016
- Decreto nº 30.457, de 09 de junho de 2009.

5.DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. DOS VEÍCULOS:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

5.1.1. A Contratada deverá apresentar quantitativo mínimo de 58 (cinquenta e oito) veículos (ônibus), com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) lugares e capacidade máxima de 55 (cinquenta e cinco) lugares, na região de São Sebastião e atender a quilometragem estimada compatível com o número de alunos a ser transportado nos percursos preestabelecidos no ENCARTE B, equipados com as especificidades legais requeridas para a execução do serviço e capacidade mínima para 38 (trinta e oito) passageiros. Os veículos devem possuir desde o início da prestação dos serviços as seguintes características:

5.1.1.1. máximo de 10 (dez) anos de fabricação, a contar da data de assinatura do contrato, comprovado em documentação específica; A solicitação da idade dos veículos justifica-se pelo fato de ser uma contratação emergencial com curto período de vigência, e a limitação do tempo de fabricação poderia restringir o número de concorrentes, o que prejudicaria a escolha da melhor proposta, ferindo o princípio da competitividade.

5.1.1.2. registro no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF como veículo de passageiros;

5.1.1.3. vistoria de inspeção semestral, realizada pelo DETRAN-DF, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

5.1.1.4. pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 (quarenta) centímetros de largura, à meia altura, em toda extensão lateral e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas deverão ser invertidas, adesivo com identificação da SEDF;

5.1.1.5. lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira; e lanternas equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), sonorizador de marcha ré;

5.1.1.6. identificação lateral com nome da empresa e, no para-brisa dianteiro adesivo de identificação que presta serviço à SEEDF, como também identificação do itinerário/escola atendida;

5.1.1.7. lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

5.1.1.8. cintos de segurança em bom estado e em número igual à lotação;

5.1.1.9. outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, especificamente os artigos 1º e 4º da referida legislação;

5.1.1.10. comprovante do seguro do veículo que indenize danos materiais e pessoais, obedecendo ao limite mínimo de indenização no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

5.1.1.11. autorização à condução coletiva de escolares emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Distrito Federal (art. 136 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro). OBS.: A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares (alunos) em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (art. 137);

5.1.1.12. em casos excepcionais em que for comprovada a inviabilidade e/ou a impossibilidade total da utilização de ônibus, após avaliação e autorização formal do executor do contrato e de técnico da Diretoria de Transporte da SEEDF, poderá ser autorizada a utilização de micro-ônibus (observados os requisitos e as características previstas na legislação para tal veículo);

5.1.1.13. o quantitativo estimado de quilômetros poderá sofrer acréscimo ou supressão na ordem de 25% (vinte e cinco por cento) durante a vigência do contrato, conforme acréscimo ou redução da demanda, nos termos de legislação específica.

5.2. VEÍCULOS ADAPTADOS:

5.2.1. a Contratada deverá apresentar, no mínimo, 30% (trinta por cento) da frota, lote único, de veículos adaptados para atender alunos com deficiência, conforme as normas da Associação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (vide ENCARTE C), tendo em vista o acesso e permanência desses alunos na escola;

5.2.2. a Contratante, às suas expensas e responsabilidade, poderá, a qualquer tempo e conveniência, valer-se da utilização de equipamentos de controle de frequência e/ou até mesmo instalação de equipamentos de monitoramento por meio de câmeras de vídeo, GPS e outros, como mecanismos de controle e de fiscalização dos serviços;

5.2.3. a Contratante realizará vistorias trimestrais e considerará, na avaliação em comento, aspectos gerais e documentais dos veículos, condutores, monitores e gerentes de operações II, conforme as exigências constantes neste Projeto Básico.

5.3. DOS PROFISSIONAIS

5.3.1. MOTORISTAS

5.3.1.1. De acordo com o estabelecido pelo art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro, os veículos deverão ser conduzidos por pessoas devidamente habilitadas, devendo satisfazer aos seguintes requisitos:

5.3.1.1.1. ter idade superior a 21 (vinte e um anos);

5.3.1.1.2. ser habilitado na categoria "D" ou "E";

5.3.1.1.3. não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima;

5.3.1.1.4. não ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;

5.3.1.1.5. não ter antecedentes criminais;

5.3.1.1.6. ter sido aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

5.3.1.1.7. apresentar-se uniformizado, trajando calças compridas, camisa com manga e calçado fechado (o vestuário deverá conter o logotipo da empresa);

5.3.1.1.8. permanecer devidamente identificado com uso visível de crachá durante a execução dos serviços;

5.3.1.1.9. portar, durante a condução do veículo, o Registro de Conductor de Veículo de Transporte de Escolares, conferido pelo órgão de fiscalização de trânsito competente;

5.3.1.1.10. O disposto acima não exclui o cumprimento das exigências de competência municipal, previstas em regulamentos próprios para o transporte de escolares (art. 139 do Código de Trânsito Brasileiro), bem como de quaisquer exigências que venham a ser estabelecidas na legislação durante a vigência do contrato.

5.3.2. MONITOR

5.3.2.1. A Contratada deverá disponibilizar 1 (um) monitor por veículo, que de acordo com os artigos 29 do Decreto 23.332 e 26 do Decreto 37.332, deverão atender aos seguintes requisitos:

5.3.2.1.1. ter idade **igual ou** superior a 18 (dezoito) anos;

5.3.2.1.2. ter Ensino Médio (**completo ou estar cursando**) em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

5.3.2.1.3. apresentar certificado de primeiros socorros, **com** carga horária mínima de 12 (doze) horas;

5.3.2.1.4. apresentar-se uniformizado, trajando calças compridas, camisa com manga e calçado fechado (o vestuário deverá conter o logotipo da empresa);

5.3.2.1.5. permanecer devidamente identificado durante a execução dos serviços, e com uso visível de crachá;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

5.3.2.1.6. apresentar certificado de curso de monitor de transporte escolar onde constam, minimamente, o CNPJ da empresa, data da emissão do certificado, assinatura do responsável pedagógico, carga horária e disciplinas cursadas.

5.3.3. GERENTE DE OPERAÇÕES II

5.3.3.1. Conforme previsto no Acordo Coletivo do SINETRIN, com validade de 2017 a 2019, como também para ser o elo entre a SEEDF (UNIAE's, Unidades Escolares) e a empresa, sendo responsável pela logística durante a prestação do serviço, as Contratadas deverão disponibilizar 1(um) Gerente de Operações II, com o seguinte perfil técnico:

5.3.3.2. possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

5.3.3.3. possuir ensino médio completo em qualquer curso reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC e apresentar certidão negativa criminal, relativa a crimes e corrupção de menores;

5.3.3.4. possuir experiência mínima de 06 (seis) meses na função requerida ou similar devidamente comprovada na Carteira de Trabalho – CTPS.

5.3.4. DOS ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGEM ESTIMADA

5.3.4.1. para efeito desta contratação, ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

a) trajeto: espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro;

b) itinerário: trajeto a ser percorrido;

5.3.4.2. a quantidade total estimada de quilometragem para as regiões apresentadas para a presente contratação, foi apurada levando-se em consideração os itinerários preestabelecidos no ENCARTE B, resultado da soma algébrica dos totais de quilômetros mensais calculados para percorrer os trajetos (total mensal de trajetos calculados para os itinerários pré-estabelecidos – 22 dias) multiplicados por 180 (cento e oitenta) dias (período previsto, dentro de vigência contratual, para efetiva prestação de serviços);

5.3.4.3. classificam-se como “preestabelecidos” os itinerários e a quilometragem para os trajetos baseados nos atendimentos atuais de acesso à escola e vice-versa, constantes do ENCARTE B;

5.3.4.4. os itinerários e trajetos poderão eventualmente ser alterados, acrescidos ou substituídos, de forma provisória ou definitiva, para atender as atividades curriculares e extracurriculares de cunho pedagógico previstas na norma educacional e necessárias ao acesso à educação da qual tratam as disposições legais pertinentes ao direito à educação, bem como por ocasião de mudanças de endereço ou ingresso de novos alunos que preencham os requisitos para o benefício;

6. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados na Região “C” de São Sebastião, nos itinerários e trajetos preestabelecidos inicialmente em conformidade com o ENCARTE B.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de seus executores centrais e regionais;

7.1.2. definir o modelo do mapa a ser utilizado pela Contratada para informar a frequência dos alunos;

7.1.3. promover vistoria nos veículos antes da utilização dos mesmos ou a qualquer tempo, a fim de verificar o atendimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.4. informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, trajetos ou quantitativos de alunos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

7.1.5. informar a necessidade de transporte de alunos para participação em atividades extraclasse de caráter extracurricular, tempestivamente;

7.1.6. solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;

7.1.7. conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;

7.1.8. fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;

7.1.9. providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego dos veículos da Contratada, de porte obrigatório;

7.1.10. notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.1.11. comunicar à Contratada as faltas e atrasos dos motoristas e monitores registrados pelas Instituições Escolares atendidas pelo serviço de transporte;

7.1.12. efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. executar os serviços conforme especificado no presente Projeto Básico, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos no ENCARTE B e/ou a critério da SEEDF;

8.1.2. apresentar relação contendo a identificação dos veículos, sendo 100% de sua propriedade, sendo vedada a subcontratação/sublocação, que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas dos certificados de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da Contratada), das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;

8.1.3. apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;

8.1.4. os documentos relacionados aos itens 8.1.2 e 8.1.3, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato;

8.1.5. apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;

8.1.6. disponibilizar ao Executor do Contrato, mapa mensal contendo a frequência dos alunos por trajeto e/ou instituições educacionais, assinado pela Direção da Instituição Educacional e atestado pela Coordenação Regional de Ensino da respectiva Região a que se refere, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;

8.1.7. manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, citadas neste Projeto Básico;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

- 8.1.8. apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF;
- 8.1.9. controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;
- 8.1.10. garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Projeto Básico, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;
- 8.1.11. transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;
- 8.1.12. garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;
- 8.1.13. apresentar, após a assinatura do contrato e previamente à execução dos serviços, **AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO**, emitida por órgão responsável do Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;
- 8.1.14. equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;
- 8.1.15. prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;
- 8.1.16. providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido no ENCARTE B (ou outro a que vir a substituir); este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;
- 8.1.17. chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou do Evento Pedagógico para os quais o serviço será prestado;
- 8.1.18. arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;
- 8.1.19. substituir, imediatamente, motoristas e monitores por outros igualmente qualificados em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço;
- 8.1.20. substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Termo e nas normas legais;
- 8.1.21. responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando, às suas custas, durante a execução dos serviços contratados (art. 69 e 70 da Lei nº 8.666/93);
- 8.1.22. manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante, **bem como a documentação referente ao motorista, monitor e gerente de operações II**;
- 8.1.23. transportar os pais dos alunos que residam nas áreas rurais em substituição aos alunos, para participar de reunião de pais convocada pela direção da escola, ou para outro evento promovido por esta, mediante a apresentação de declaração fornecida pela escola onde o aluno está matriculado, em atendimento a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;
- 8.1.25. ter conhecimento de todos os endereços previsto nos trajetos e as peculiaridades dos locais onde serão realizados os serviços de transporte, não podendo alegar posterior desconhecimento de itinerários ou trajetos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

8.1.26. atender as demandas autorizadas pela Contratante mediante prévia ordem de serviço para trajetos diferenciados, com vistas ao atendimento às atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico contido no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, reposição de aulas, dentre outras previstas na norma educacional;

8.1.27 prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;

8.1.28. zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;

8.1.29. registrar a frequência diária dos alunos mediante listagem que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;

8.1.30. zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;

8.1.31. verificar a identificação dos alunos cadastrados por meio da Carteira de Transporte Escolar (Carteira Estudantil), declaração de escolaridade, autorização, a qual deverá constar o nome e número de matrícula na rede pública de ensino, devendo comunicar ao responsável pela instituição de ensino qualquer suspeita de irregularidade;

8.1.32. zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;

8.1.33. verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;

8.1.34. não permitir aos motoristas, monitores e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;

8.1.35. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.1.36. fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;

8.1.37. adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;

8.1.38. fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

8.1.39. não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Projeto Básico, bem como manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, sob pena de rescisão de contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas na Lei Federal 8.666/1993 (arts. 55, inciso XIII; 78, INCISO I; 80, inciso III e 87).

8.1.40. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. INFORMAÇÕES PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Os custos do objeto do Presente Projeto Básico em questão serão obtidos junto à empresa do ramo e compatível com valores pagos pela Administração Pública por intermédio dos devidos tramites licitatório, observado o correto preenchimento da planilha anexada no **ENCARTE D** e, ainda, o quadro abaixo:

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

Quilometragem Estimada – Região "C" – São Sebastião						
QTDE Alunos			Diária	Mensal	QTDE Ônibus capacidade Mínima de 45 Lugares Capacidade Máxima de 55 lugares	Total Geral para 180 dias
Matutino	Vespertino	Noturno				
2.633	2290					
4.923			4.245	93.390	58	764.100

LOTE	KM ESTIMADO diária	Valor KM Rodado	Valor Mensal R\$	KM ESTIMAD O 180(dias)	Valor Total R\$ 180 (dias)
Único	4.245	R\$ 13,52	R\$ 1.262,632,80	764.100	R\$ 10.330.632,00

OBS: O quantitativo de ônibus está superior à média de alunos, tendo em vista a especificidade dessa Região, pois se trata de áreas rurais extensas e não é possível o reaproveitamento de veículo em turno distinto, sendo necessário, na maioria dos itinerários, 01 veículo por turno.

O quantitativo mínimo necessário de veículos (ônibus) para a execução dos serviços de transporte dos alunos dessas regiões não guarda relação total com a capacidade da lotação dos veículos, pois, há outras variáveis como quantidade de itinerário e número médio de alunos por trajetos. Além disso, o cálculo leva em consideração o reaproveitamento de veículos em turnos contrários.

Destaca-se que é proibido o reaproveitamento de veículo no mesmo turno, salvo viagens previamente autorizadas pela Contratante.

O quantitativo mínimo necessário de veículos (ônibus) para a execução dos serviços de transporte dos alunos dessas regiões não guarda relação total com a capacidade da lotação dos veículos, pois, há outras variáveis como quantidade de itinerário e número médio de alunos por trajetos. Além disso, o cálculo leva em consideração o reaproveitamento de veículos em turnos contrários.

Destaca-se que é proibido o reaproveitamento de veículo no mesmo turno, salvo viagens previamente autorizadas pela Contratante.

O **ENCARTE B** deste Projeto Básico traz os itinerários preestabelecidos para os turnos matutino/vespertino/noturno. O turno matutino concentra o maior quantitativo de alunos e de itinerários. Consequentemente, o número de veículos que atende ao matutino é suficiente para atender às demandas do turno vespertino e noturno. Contudo, devem ser observados os horários de entrada e de saída das instituições escolares atendidas no turno matutino e noturno. Caso não haja incompatibilidade de horários, poderá ocorrer o reaproveitamento dos veículos para execução dos serviços nos turnos contrários.

10. DO PAGAMENTO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

10.1. Forma de pagamento dos serviços:

10.1.1. O faturamento mensal deverá representar o quantitativo de quilômetros efetivamente rodados, em consonância com dias letivos (atividades curriculares e extracurriculares), conforme a seguinte fórmula: **Valor Unitário do Km rodado (multiplicado) pela quilometragem efetivamente rodado por mês em referência, de acordo com o calendário escolar;**

10.1.2. O total de quilometragem a ser considerado como efetiva prestação de serviço mensal deverá ser representado por meio do somatório de quilômetros rodados por itinerários durante o mês, tendo como referencial o local de embarque do 1º aluno até a localidade da última instituição educacional e vice-versa, desconsiderando quaisquer deslocamentos da garagem até o ponto inicial ou do ponto final até a garagem;

10.1.3. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de nota fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, e devidamente atestada pelo Executor do Contrato;

10.1.4. Caso o serviço seja recusado ou a correspondente nota fiscal/fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do serviço ou documento fiscal, de acordo com o evento;

10.1.5. Fica estabelecido que durante o período de recesso escolar ou feriados e/ou pontos facultativos ou, ainda, a critério da Contratante, não haverá transporte de alunos e, conseqüentemente, a prestação do serviço ficará suspensa, não cabendo à Contratante nenhum ônus pelo período, salvo serviço efetivamente prestado por ocasião de reposição de aula ou em casos de necessidades de deslocamentos para cumprimento de atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico;

10.1.6. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

10.1.6.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2/5/2007), observando o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30/4/2007;

10.1.6.2. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizada (Lei nº 8.036/90);

10.1.6.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal ou do Estado em que se encontra domiciliada comercialmente a Contratada;

10.1.6.4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e da Dívida Ativa da União/Ministério da Fazenda/Receita Federal;

10.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1. As propostas deverão ser impressas, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, EM FORMULÁRIO PRÓPRIO, pelo proponente ou representante legal e ainda conter:

12.1.1. o preço do quilômetro rodado, observando-se o quantitativo de veículos a serem utilizados e os itinerários e trajetos a serem percorridos, com até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, computados todos os gastos inerentes à prestação dos serviços (insumos e pessoal);

12.1.2. planilha – ENCARTE D – que expresse a composição de todos os seus custos, conforme disposto no artigo 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação, observadas as condições estabelecidas neste Projeto Básico;

12.1.3. a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços orçados pela Contratante, acrescidos dos respectivos encargos será rejeitada, exceto quando se



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

referirem a materiais ou instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou totalidade da remuneração;

12.1.4. erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com os custos da contratação;

12.1.5. a proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços – **ENCARTE D** do Projeto Básico, observando-se as seguintes disposições:

12.1.5.1. valor para todos os itens constantes nos Modelos de Planilhas de Preços, **ENCARTE D** do Projeto do Básico, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com até duas casas decimais, expressa em algarismos e não se considerará o arredondamento;

12.1.5.2. preço do quilômetro rodado em algarismo e por extenso;

12.1.5.3. a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço;

12.1.5.4. os custos oriundos de obrigações trabalhistas deverão observar os parâmetros fixados em acordos ou convenções coletivas ou dissídio coletivo da categoria, desde que respeitado o percentual limite da Decisão 544/2010 - TCDF;

12.1.5.5. previsão de todos os insumos, incluindo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual;

12.1.5.6. na cotação do vale-transporte deverá ser observada disposição legal;

12.1.5.7. Poderão ser acordados pequenos acertos para equalizar valores totais com os unitários e outros, desde que não majore o preço proposto, conforme legislação vigente. (§2º art. 29-A da IN nº 02/2008 – MPOG).

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

13.1. As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região de São Sebastião bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

13.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em conformidade com as características do objeto deste Termo de Referência deverá comprovar com a utilização de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos veículos exigidos no item 5.1, ou seja, no mínimo 29 (vinte e nove) – ÔNIBUS.

13.3. É facultado as empresas interessadas fazer reconhecimento do percurso a ser executado antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual dos locais, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, das distâncias entre unidades a serem atendidas, bem como se cientificar de todos os detalhes necessários a perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento dos tribunais de contas (Acórdão 1.599/2010 – TCU e Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 – TCDF).

14. DA DEFINIÇÃO DA EMPREITADA

O regime de contratação dar-se-á por execução indireta com empreitada por preço unitário do quilômetro rodado.

15. DO PRAZO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência do contrato nº 23/2018, não podendo ser prorrogado, respeitando o permitido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO SUGERIDA

O Objeto desse Projeto Básico pode ser enquadrado no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, de acordo com o disposto no § 1º do artigo 2º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda com base no artigo 2º do artigo 12 do Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010.

17. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representante da Contratante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, com vistas à verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da execução do contrato e, ainda, as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, a ser publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

18. DAS PENALIDADES

A licitante e/ou Contratada que não cumprir integralmente com as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, fica sujeita às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/5/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/5/2006, p. 5/7, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, de 12/7/2006 e 27.069/2006, de 14/8/2006 que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), conforme **ENCARTE E**.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Unidade Orçamentária: 160101

II - Programa de Trabalho: 12365622149769535 – 12361622149760002 – 12362622149769534 – 12367622149769537 - 12366622149769534

III - Natureza da Despesa: 33.90.39

IV - Fonte de Recursos: 100/103/303/146

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os serviços deverão ser iniciados até 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, mediante emissão da ordem de serviço.

Reserva-se à Contratante, o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a pretensa licitação, visando à legalidade do procedimento ou o interesse da Administração, por parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito de indenização.

Reserva-se ao Pregoeiro o direito de promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento.

A Contratante não se responsabilizará por transporte que venha a ser realizado sem prévia autorização.

Situações excepcionais e os casos omissos quanto ao atendimento de transporte escolar serão resolvidos pelo(s) executor (es) do Contrato, a ser (em) designado(s) pela Contratante, subsidiado pela Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional, após pronunciamento da Coordenação de Transporte Escolar.

São parte integrante deste Projeto Básico, os seguintes anexos:

ENCARTE A - Disposições sobre a Execução do Contrato – DEC;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ENCARTE B - Planilha de Itinerários e Trajetos estimados e preestabelecidos por Região (Ponto inicial e final, quantitativo de alunos, escolas atendidas);

ENCARTE C – ABNT;

ENCARTE D - Planilha de Formação de Custos

ENCARTE E – Decreto nº 26.851.

21. DO FORO

Fica eleito o Foro do Distrito Federal, Seção Judiciária da Cidade de Brasília/DF, para dirimir eventuais conflitos acerca da execução do presente objeto de contratação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II (do edital)

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços nº ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 080.001269/2015

Cláusula Primeira – Das Partes

1.1 O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

2.1 O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fis. _____), da Proposta de fis. _____ e da Lei nº 8.666 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1 Contratação emergencial de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar, **em caráter emergencial**, dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região: "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado, conforme especificação constante deste Projeto Básico e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais, quantidades e especificações constantes do anexo I do presente edital de _____ nº _____ (fis. _____) e a Proposta de fis. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

4.1. O Contrato será executado de forma _____, sob o regime de _____, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total Estimado do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 O valor do KM rodado é de R\$ _____ (_____), para a Região _____, com previsão de xxxxxx (_____) Km//Mês.

5.3 O valor estimado mensal para a Região xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, é de R\$ _____ (_____).

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 18.101

II – Programa de Trabalho:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

III – Natureza da Despesa: 33.90.39

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Na ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar à Contratante prova de regularidade relativa à seguridade social, expedida pelo INSS, prova de regularidade concernente ao FGTS, expedida pela CEF, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011), prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Distrito Federal, bem como Certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

8.1. O contrato terá validade de 180 (cento oitenta) dias ou até que se conclua o procedimento licitatório regular em tramite sob nº 080.000401/2016, contados a partir da data de sua publicação, improrrogáveis,

8.2. Fica compreendido que a remuneração dos serviços se fará, exclusivamente, para os períodos letivos escolares, não incidindo no período de férias ou outros eventos que importem na paralisação dos serviços.

Cláusula Nona – Das garantias

9.1. A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de _____, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 executar os serviços conforme especificado no presente Projeto Básico, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos no ENCARTE B e/ou a critério da SEEDF; 11.2 apresentar relação contendo a identificação dos veículos, sendo 100 % de sua propriedade, sendo permitida apenas a subcontratação/sublocação de até 30% (trinta por cento) da frota, que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas dos certificados de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da Contratada), das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;

11.3 apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

11.4 os documentos relacionados aos itens **11.2 e 11.3**, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato;

11.5 apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;

11.6 disponibilizar ao Executor do Contrato, mapa mensal contendo a frequência dos alunos por trajeto e/ou instituições educacionais, assinado pela Direção da Instituição Educacional e atestado pela Coordenação Regional de Ensino da respectiva Região a que se refere, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;

11.7 manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, citadas neste Projeto Básico;

11.8 apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF e INMETRO;

11.9 controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;

11.10 garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Projeto Básico, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;

11.11 transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;

11.12 garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;

11.13 apresentar, após a assinatura do contrato e previamente à execução dos serviços, AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida por órgão responsável do Distrito Federal, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e o Decreto 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;

11.14 equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;

11.15 prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;

11.16 providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido no ENCARTE B (ou outro a que vir a substituir); este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;

11.17 chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou do Evento Pedagógico para os quais o serviço será prestado;

11.18 arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

11.19 substituir, imediatamente, motoristas e monitores por outros igualmente qualificados em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço;

11.20 substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Projeto e nas normas legais;

11.21 responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando, às suas custas, durante a execução dos serviços contratados (art. 69 e 70 da Lei nº 8.666/93);

11.22 manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante;

11.23 transportar os pais dos alunos que residam nas áreas rurais em substituição aos alunos, para participar de reunião de pais convocada pela direção da escola, ou para outro evento promovido por esta, mediante a apresentação de declaração fornecida pela escola onde o aluno está matriculado, em atendimento a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013;

11.24 ter conhecimento de todos os endereços previsto nos trajetos e as peculiaridades dos locais onde serão realizados os serviços de transporte, não podendo alegar posterior desconhecimento de itinerários ou trajetos;

11.25 atender as demandas autorizadas pela Contratante mediante prévia ordem de serviço para trajetos diferenciados, com vistas ao atendimento às atividades curriculares ou extracurriculares de cunho pedagógico contido no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, reposição de aulas, dentre outras previstas na norma educacional;

11.26 prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;

11.27 zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;

11.28 registrar a frequência diária dos alunos mediante listagem que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;

11.29 zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;

11.30 verificar a identificação dos alunos cadastrados por meio da Carteira de Transporte Escolar (Carteira Estudantil), declaração de escolaridade, autorização, a qual deverá constar o nome e número de matrícula na rede pública de ensino, devendo comunicar ao responsável pela instituição de ensino qualquer suspeita de irregularidade;

11.31 zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;

11.32 verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;

11.33 não permitir aos motoristas, monitores e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

11.34 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.35 fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.36 adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;

11.37 fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.38 não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Projeto Básico;

11.39 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante

10. 1 acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de seus executores centrais e regionais;
10. 2 definir o modelo do mapa a ser utilizado pela Contratada para informar a frequência dos alunos;
10. 3 promover vistoria nos veículos antes da utilização dos mesmos ou a qualquer tempo, a fim de verificar o atendimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico;
10. 4 informar a necessidade de alteração, inclusão ou substituição de itinerário ou trajeto por ocasião da inclusão e/ou exclusão de alunos, em razão de transferência de unidades de ensino ou endereços;
10. 5 informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, trajetos ou quantitativos de alunos;
10. 6 informar a necessidade de transporte de alunos para participação em atividades extraclasse de caráter extracurricular, tempestivamente;
10. 7 solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;
10. 8 conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;
10. 9 fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;
10. 10 providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego dos veículos da Contratada, de porte obrigatório;
10. 11 notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10. 12 comunicar à Contratada as faltas e atrasos dos motoristas e monitores registrados pelas Instituições Escolares atendidas pelo serviço de transporte;
10. 13 efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal..

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual.

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente da repactuação de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13.3 . A repactuação será fundamentada nos s disposições da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

13.3.1. No caso da primeira repactuação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do respectivo orçamento, sendo que, nesta última hipótese, considera-se como data do orçamento a do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da entrega da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

13.2. Nas repactuações seguintes dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da última repactuação

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

14.2. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Dispensa de Licitação, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

14.2.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido nos Anexos VI deste edital.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às conseqüências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as prevista em Lei ou regulamento (art.77, Lei 8.666/93)

Cláusula Décima Sexta – Da rescisão amigável

16.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente de comum acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o disposto no art. 79, II c/c § 1º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Sétima – Dos débitos para com a Fazenda Pública

17.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

18.1. O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

19.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Vigésima – Do Foro

20.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto Distrital nº 34.031/2012).

Brasília, ____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

1. Pela Contratada:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO III (do edital)

MODELO "A" EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, bem como na Lei Distrital 5.061/2013, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO IV do edital
MODELO

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e data)

(Representante legal)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO V (do edital)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº25.966, de 23/06/2005.

Compromete-se, ainda, o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Gerência de Acompanhamento das Licitações, da Unidade de Administração Geral/SE/DF, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN, Quadra 607, Projeção "D", Sala 309 Asa Norte, Brasília-DF.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no "comprasnet", tais como aquelas relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- VII Regularidade Trabalhista



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VI (do edital)

DAS PENALIDADES

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Publicação DODF 103, de 31/05/06 – Págs. 5 a 7.

Decreto nº 26.993, de 12/07/2006 – DODF de 13/07/06. (1ª Alteração)

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente decreto.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.";

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Art. 2º As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBSEÇÃO I

DA ADVERTÊNCIA

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Secretaria de Estado de Educação do DF, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO III DO ART. 3º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

SUBSEÇÃO II

DA MULTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso:.

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

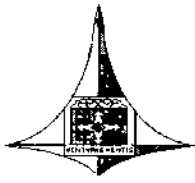
§ 2º Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

SUBSEÇÃO III

DA SUSPENSÃO

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Secretaria de Estado de Educação do DF, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA "C" DO INCISO IV DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Secretaria de Estado de Educação do DF, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 5º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 5º PELO DECRETO Nº
26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Secretaria de Estado de Educação do DF, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Secretaria de Estado de Educação do DF.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº
26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Secretaria de Estado de Educação do DF, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto
- III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

FICA REVOGADO O INCISO III DO ART. 7º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado ao interessado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário; só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

FICA ACRESCENTADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

FICA RENUMERADO O §3º PARA §4º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

FICA RENUMERADO O §4º PARA §5º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

FICA RENUMERADO O §5º PARA §6º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, incluir os percentuais relativos a multas, e as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

FICA ACRESCENTADO O ART. 13 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 13 PARA ART. 14 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VII (do edital)
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

ANEXO VIII (do edital)
MODELO PROPOSTA ECONOMICA

(Nome da Região Administrativa)

1. Razão Social da Empresa :
2. CNPJ N °:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão Permanente de Licitação

3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço:
6. Telefone: Fax:
7. Prazo de Pagamento: Conforme Edital
8. Banco: Agência: Conta Corrente
9. Representante da Empresa:
10. Cargo: RG: CPF:

Apresentamos nossa proposta para realização dos serviços, acatando todas as estipulações consignadas no ato convocatório, conforme abaixo:

Valor unitário do Km: R\$ (valor por extenso)

Valor mensal do Lote R\$ (valor por extenso)

Valor global: R\$(valor por extenso)

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, manutenção de veículos e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

, de de 2015

**CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**